

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA - UNICRUZ
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Diego Alexander Fávero

**O COMÉRCIO BRASIL – ARGENTINA: ANÁLISE DO MERCADO
INTERNACIONAL E VIABILIDADE DA TRITICULTURA**

Cruz Alta, 2017

Diego Alexsander Fávero

**O COMÉRCIO BRASIL – ARGENTINA: ANÁLISE DO MERCADO
INTERNACIONAL E VIABILIDADE DA TRITICULTURA**

Dissertação apresentada como requisito parcial a
obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Mestrado Profissional em
Desenvolvimento Rural, UNICRUZ - 2017.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Coorientador: Prof. Dr. Domingos Benedetti Rodrigues

Cruz Alta, 2017

F273c Fávero, Diego Alexsander
O comércio Brasil – Argentina: análise do mercado internacional e
viabilidade da triticultura / Diego Alexsander Fávero. – 2017.
79f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Cruz Alta/UNICRUZ,
Mestrado Profissional em desenvolvimento Rural, 2017.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio.
Coorientador: Prof. Dr. Domingos Benedetti Rodrigues.

1. Mercosul. 2. Relações comerciais – Brasil e Argentina. 3. Cadeia
produtiva – trigo. I. Diverio, Tamara Silvana Menuzzi. II. Rodrigues,
Domingos Benedetti. III. Título.

CDU 339.9:633.11(81/82)

Catálogo na fonte: Bibliotecária Eliane Catarina Reck da Rosa CRB-10/2404

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA - UNICRUZ
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**O COMÉRCIO BRASIL – ARGENTINA: ANÁLISE DO MERCADO
INTERNACIONAL E VIABILIDADE DA TRITICULTURA**

Elaborado por

Diego Aleksander Fávero

Dissertação apresentada como requisito parcial a
obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Mestrado Profissional em
Desenvolvimento Rural, UNICRUZ - 2017.

Prof.^a . Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio _____ UNICRUZ

Prof. Dr. Domingos Benedetti Rodrigues _____ UNICRUZ

Prof. Dr. Edio Polacinski _____ UNICRUZ

Cruz Alta - RS; 06 de Outubro de 2017.

RESUMO

O COMÉRCIO BRASIL – ARGENTINA: ANÁLISE DO MERCADO INTERNACIONAL E VIABILIDADE DA TRITICULTURA

Autor: Diego Alexander Fávero

Orientadora: Prof^a. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Coorientador: Prof. Dr. Domingos Benedetti Rodrigues

A participação brasileira no bloco denominado MERCOSUL, iniciou-se desde a sua formação em 1991, e atualmente caracteriza-se por ampliação dos intercâmbios comerciais com os demais membros. Este estudo tem como tema as relações comerciais do Trigo no MERCOSUL, tendo como foco principal Brasil e Argentina. O comércio mundial de trigo tem na Argentina um importante exportador e no Brasil um dos principais importadores, onde boa parte da safra Argentina de trigo tem como destino o Brasil. O objetivo geral deste trabalho é analisar os fatores que fazem com que o Brasil tenha problemas e seja dependente da importação de trigo Argentino, fator facilitado pelo MERCOSUL. Apresenta-se ainda, a evolução histórica da produção de trigo no Brasil e faz-se uma análise da produção, do consumo e dos preços deste cereal nos dois países. Além disso, o estudo retrata as políticas brasileiras de fomento a cultura do trigo e os aspectos legais reguladores do intercâmbio comercial entre os dois países. Metodologicamente, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa, quantitativa e pesquisa exploratória, utilizando dados secundários e pesquisa bibliográfica disponível sobre o tema. Por fim, o estudo atinge seu objetivo demonstrando os problemas enfrentados pelo setor tritícola, como a falta de infraestrutura logística, a escassez de silos para armazenagem e as incertezas climáticas, os fatores da desmotivação do produtor brasileiro no cultivo do cereal como os preços baixos e as importações constantes e os motivos da opção pelo trigo argentino que possui melhor qualidade, preço e maior facilidade de entrada no Brasil.

Palavras Chave: Relações comerciais. Trigo. Brasil. Argentina.

ABSTRACT

BRAZIL - ARGENTINA TRADE: ANALYSIS OF THE INTERNATIONAL MARKET AND VIABILITY OF TRITICULTURE

Author: Diego Alexsander Fávero

Advisor: Prof^a. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Coorientator: Prof. Dr. Domingos Benedetti Rodrigues

The Brazilian participation in the MERCOSUR bloc began since its formation in 1991, and is currently characterized by expansion of trade exchanges with other members. This study has as its theme the trade relations of Wheat in MERCOSUR, having as main focus Brazil and Argentina. The world trade in wheat has in Argentina a important exporter and in Brazil one of the main importers, where much of Argentina's wheat crop is destined for Brazil. The general objective of this work is to analyze the factors that cause Brazil to have problems and to be dependent on Argentine wheat imports, a factor facilitated by MERCOSUR. It also presents the historical evolution of wheat production in Brazil and analyzes the production, consumption and prices of this cereal in the two countries. In addition, the study portrays Brazilian policies to promote wheat cultivation and the legal aspects regulating trade between the two countries. Methodologically, this study is classified as qualitative, quantitative research and exploratory research, using secondary data and bibliographic research available on the subject. Finally, the study reaches its objective demonstrating the problems faced by the tricultural sector, such as the lack of logistic infrastructure, the scarcity of silos for storage and climatic uncertainties, the factors of Brazilian producer's demotivation in cereal cultivation, such as low prices and the constant imports and the reasons for the option for Argentine wheat that has better quality, price and greater ease of entry into Brazil.

Keywords: Business relations. Wheat. Brazil. Argentina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Cadeia produtiva do trigo no Brasil.....	25
FIGURA 2 – Cadeia produtiva do trigo na Argentina.....	29
FIGURA 3 – Área plantada de trigo na Argentina por província.....	29
FIGURA 4 – Participação na produção de trigo brasileiro por região	36
FIGURA 5 – Dados de consumo e produção do trigo brasileiro nos últimos anos.....	42
FIGURA 6 – Dados de consumo e produção do trigo argentino nos últimos anos.....	43
FIGURA 7 – Importação total de trigo x importação de trigo argentino	52
FIGURA 8 – Maiores fornecedores de trigo para o Brasil.....	53

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Produção brasileira de trigo	36
TABELA 2 – Comparativo da área e da produtividade de trigo no Brasil.....	38
TABELA 3 – Produção argentina de trigo	39
TABELA 4 – Comparativo da área e da produtividade de trigo na Argentina.....	40
TABELA 5 – Preço pago ao produtor por 60 kg de trigo em grão.....	44
TABELA 6 – Preço do trigo brasileiro em tonelada.....	45
TABELA 7 – Despesas com o custeio da lavoura por 60 Kg de trigo em grão	45
TABELA 8 – Evolução dos valores do trigo no mercado internacional	46
TABELA 9 – Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Argentina.....	50
TABELA 10 – Capacidade de armazenagem por safra agrícola	68
TABELA 11 – Número de unidades armazenadoras por região.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABITRIGO	Associação Brasileira da Indústria do Trigo
AGEITEC	Agência Embrapa de Informação Técnica
AGF	Aquisições do Governo Federal
ALADI	Associação Latino Americana de Integração
ALALC	Associação Latino Americana para o Livre Comércio
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CTRIN	Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPVA	Contrato de Opções de Venda de Produto Agrícola
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEP	Fundação da Agricultura do Estado do Paraná
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC	Conselho Internacional de Grãos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômico

PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PROP	Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SECEX	Secretaria do Comércio Exterior
SINDUSTRIGO	Sindicato da Indústria do Trigo
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
TEC	Tarifa Externa Comum
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
2. REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Mercosul e seus Fundamentos Históricos	17
2.2 Histórico do Setor de Trigo no Brasil	20
2.3 Cadeia Produtiva do Trigo no Brasil	23
2.3.1 Distribuição de Trigo no Brasil	26
2.4 O Trigo Argentino e sua Cadeia Produtiva	27
2.5 Importância do Trigo no Sistema de Produção	30
3. METODOLOGIA	33
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1 Produção, Área Plantada, Consumo e Preços de Trigo – Brasil e Argentina	35
4.1.1 Produção de Trigo e Área Plantada no Brasil e Argentina.....	35
4.1.2 Consumo de Trigo no Brasil e na Argentina	41
4.1.3 Principais Preços do Trigo no Mercado Mundial.....	43
4.2 Fluxos Comerciais entre Brasil e Argentina	46
4.2.1 Panorama das Importações Brasileiras de Trigo Argentino	51
4.3 Aspectos Internacionais do Intercâmbio Comercial do Trigo Entre Brasil e Argentina	54
4.3.1 Tratado de Assunção	55
4.3.2 Protocolo de Brasília /Tratado de Ouro Preto/ Protocolo de Olivos	56
4.4 Políticas Brasileiras de Fomento à Cultura do Trigo	58
4.4.1 Políticas Brasileiras de Subsídio para o Trigo.....	58
4.4.2 Prêmio para Escoamento de Produto (PEP)	62
4.4.3 Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP)	63
4.4.4 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO)	63
4.5 Principais Entraves e Gargalos Enfrentados pela Cadeia de Trigo Brasileira	64
4.5.1 Imposto Importação e Exportação	69

4.5.2 Tarifas Alfandegárias de Importação do Trigo Argentino	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Normalmente o aumento do bem-estar das economias nacionais está atrelado à liberação do comércio internacional. Assim, desde o pós-guerra, tem-se procurado reduzir as barreiras tanto tarifárias como não tarifárias, com o intuito de facilitar a circulação internacional de mercadorias através de negociações travadas no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio - (GATT). Em tempos mais recentes, o processo de liberalização está sendo estendido à circulação de capitais, serviços e mão-de-obra.

Esta liberalização também pode assumir o caráter de integração regional, com a eliminação de barreiras tarifárias entre um determinado grupo de países (área de livre comércio), e eventualmente, com a adoção de uma tarifa externa comum (união aduaneira), onde cita-se como exemplo, o Mercado Comum do Sul, mais conhecido como MERCOSUL, fundado em 1991, pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O principal impulso para a formação do MERCOSUL foi o desejo de integração entre a Argentina e o Brasil, que hoje são considerados principais parceiros no comércio bilateral, atingindo em 2016 um intercâmbio comercial de US\$ 22 milhões entre eles. Dentre os produtos com maior representatividade nesse intercâmbio está o trigo, onde o Brasil tem na Argentina seu principal fornecedor.

Utilizado na fabricação de bolos, biscoitos, pães, massas, entre outros, o trigo é fundamental para a alimentação humana. O Brasil é altamente dependente da importação desse grão, pois seu consumo é muito além do que produz e por isso precisa importar em grande quantidade, dando preferência ao cereal argentino. Rossi e Neves (2004), salientam que a importação de trigo no Brasil é relevante em face da quantidade produzida, “visto que precisa importar 50% de seu consumo”.

A cultura do trigo apresenta alto risco de produção devido às condições de clima e solo, fazendo com que o cereal brasileiro encontre dificuldades na questão de preço e de qualidade do grão. As importações de trigo da Argentina são privilegiadas pela qualidade e pela implementação de uma tarifa externa comum (TEC) estabelecida pelos países membros do MERCOSUL.

A falta de competitividade com o trigo Argentino pode ser uma das dificuldades que o setor tritícola vem enfrentando, além disso pode-se ressaltar os problemas quanto a falta de

incentivo do governo e os problemas com as frustrações de safras que tem ocorrido com as lavouras nos últimos anos. Ressalta-se ainda, que atualmente existe um universo global de comércio flexível, porém com um mercado agrícola repleto de incertezas e de muito dinamismo nas suas negociações internacionais, assim sendo, busca neste estudo entender: O que leva o Brasil a ter problemas no cultivo do trigo e a ser dependente do trigo Argentino, e de qual forma se caracterizam as relações comerciais brasileiras no MERCOSUL – referente ao trigo; e como estão estruturados os acordos comerciais referentes a este produto?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que fazem com que o Brasil tenha problemas no cultivo de trigo e seja dependente da importação de trigo Argentino, fator facilitado pelo MERCOSUL.

1.1.2 Objetivos Específicos

Entre os objetivos específicos destacam-se:

- Analisar o intercâmbio comercial do trigo dos Estados Parte do MERCOSUL (Brasil e Argentina), destacando acordo bilateral, produtos e incentivos;
- Apontar produção, consumo, preços e fluxos comerciais de trigo entre Brasil e Argentina;
- Elencar as políticas brasileiras de fomento à cultura do trigo e por fim apresentar os principais entraves e gargalos enfrentados pela cadeia de trigo brasileira.

Este estudo justifica-se em razão da importância do trigo no cotidiano mundial, sendo considerado um dos cereais mais consumidos no mundo e fundamental na alimentação humana. Assim sendo, nasce a necessidade de se buscar fatores que justifiquem a dependência externa desse grão, pois mesmo sendo um país de referência no agronegócio mundial, o Brasil não consegue ser autossuficiente na produção de trigo e importa quase 50% de seu consumo interno, o que é facilitado pela participação do país no MERCOSUL.

Antes de mais nada, é essencial que o cultivo de trigo seja estimulado, pois além de sua importância na alimentação, economicamente ele reduz custos como cultura de inverno, cobre o solo e movimenta pessoal e equipamentos. Da mesma forma que levando em consideração que o consumo interno tem aumentado a cada ano, justificando a importância de futuros investimentos no setor.

Este trabalho está estruturado, além da introdução, mais três capítulos e as considerações finais. A introdução apresenta o trabalho, contextualiza o tema, apresentando os objetivos e a justificativa.

O primeiro capítulo contextualiza os fundamentos históricos do MERCOSUL, destacando a integração Brasil-Argentina. Na sequência aborda a história do setor do trigo no Brasil e na Argentina, apresentando a cadeia produtiva do cereal em ambos os países. Pouco depois apresenta sua importância no sistema de produção.

Na sequência, o segundo capítulo, apresenta a metodologia utilizada para a realização do presente trabalho.

O terceiro e último capítulo, apresenta-se como o resultado principal da pesquisa, através da análise da produção, do consumo, dos preços, além da área plantada e da produtividade do trigo no Brasil e na Argentina. Após apresenta os fluxos comerciais de ambos países, trazendo um panorama das importações de trigo no Brasil afim de avaliar a dependência do cereal Argentino. Este capítulo também traz os tratados internacionais e os acordos comerciais entre Brasil e Argentina para o caso do trigo, elencando as principais políticas de subsídio para o cereal, assim como os principais entraves a esta cultura.

Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os fundamentos do MERCOSUL e a relação que existe entre Brasil e Argentina como os maiores e mais desenvolvidos parceiros do bloco, assim como a história e a cadeia do cultivo do trigo em ambos os países, destacando as principais regiões produtoras, os principais meios e vias de distribuição do cereal, além de sua importância para o sistema de produção.

2.1 Mercosul e seus Fundamentos Históricos

Esta seção traz um breve histórico do MERCOSUL, citando as diversas tentativas de integração que deram origem a este Mercado Comum e apresentando a importância do livre comércio entre os países membros, assim como as vantagens que possuem dentro deste bloco econômico.

Relatos históricos trazem a Argentina e o Brasil como articuladores de um processo de integração entre os países Latino-americanos desde 1940 (CANDEAS, 2005). Neste período as articulações e encontros realizados, obtiveram a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e, posteriormente nos anos de 1960, foi criada a (ALALC) – Associação Latino Americana para o Livre Comércio, com o objetivo principal de garantir o desenvolvimento econômico e social para a futura formação de um Mercado Comum (MAPA, 2016).

O primeiro grande acordo de cunho integracionista envolvendo um número maior de países ocorreu em 1960, com a subscrição ao Tratado de Montevideú, firmado entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, dando origem a Associação Latino Americana para o Livre Comércio (ALALC) e posteriormente a Associação Latino Americana de Integração (ALADI) (GONTIJO, 2014).

A meta integracionista estabelecida pela ALALC era criar, num prazo de 12 anos, uma zona de livre comércio entre os países signatários, eliminando de forma gradual as barreiras tarifárias e ampliando o comércio regional, porém não obteve êxito, sendo sucedida pela ALAD (GONTIJO, 2014).

Segundo os autores, após várias tentativas de criação de um Mercado Comum, em 1990 o primeiro passo foi efetivamente dado, quando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram a ata de Buenos Aires. Entretanto, apenas em 1991 o MERCOSUL foi criado, após a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991.

Para Beçak (2000), seu objetivo primordial era a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, a criação e do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), e da adoção de uma política que permitia a livre circulação de mercadorias e das pessoas entre os países integrados. Para o autor, o Mercado Comum implica em:

a) Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, por intermédio, entre outros, da eliminação das barreiras alfandegárias e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

b) O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados e coordenação de posição em foros econômicos - comerciais regionais e internacionais;

c) A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os estados partes em âmbito de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais de serviços alfandegários, de transporte e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas partes pertinentes, para lograr o fortalecimento de integração.

A forma atual do MERCOSUL possui seu marco institucional no Protocolo de Ouro Preto, assinado em dezembro de 1994, através deste protocolo reconhece-se a personalidade jurídica de direito internacional do bloco, assim atribui-se a competência para negociar em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O MERCOSUL caracteriza-se pelo regionalismo aberto, sendo assim, tem por objetivo não só o aumento do comércio intrazona, mas também o estímulo ao intercâmbio com outros parceiros comerciais (BEÇAK, 2000).

Para Albuquerque (2007), o MERCOSUL nasceu devido o estreitamento da cooperação entre Brasil e Argentina, que possuíam como necessidades a defesa da democracia no novo contexto dos processos de integração regional. Já Costa (2008), relata a origem do

MERCOSUL sob a finalidade de “consolidação democrática, desenvolvimento socioeconômico e como forma de melhorar a inserção internacional”.

Simões (2010) descreve a concepção do MERCOSUL como uma progressiva abertura comercial na economia mundial; alocação de recursos utilizando os sinais de mercado; atuação do setor público em resposta a demandas do setor privado, que reorganiza sua produção em função da nova realidade, e inclusão de bens, serviços e investimentos.

De acordo com os autores, o MERCOSUL foi criado com o intuito de eliminar barreiras para favorecer as relações econômicas dos países membros, com o propósito de desenvolvimento e crescimento através da aproximação e da união destes. Além do desenvolvimento econômico, o bloco busca implantar políticas sociais trabalhando dentre outras, a universalização da educação e da saúde pública e a valorização da diversidade cultural.

As duas maiores e mais importantes nações do MERCOSUL – Brasil e Argentina – são responsáveis pela criação, pelo fortalecimento e até mesmo pela sobrevivência do bloco econômico, por serem os países mais populosos, possuírem as economias mais desenvolvidas e deterem maior experiência nos debates econômicos em nível mundial (GONTIJO, 2014).

Para Gontijo (2014), a integração econômica plena e o mercado comum visam à ampliação do comércio entre os membros do bloco econômico e à circulação de riqueza entre as nações que o compõem, favorecendo o aumento do índice de desenvolvimento humano e aumentando a competitividade no âmbito global, tornando os membros capazes de atuar como grandes negociadores internacionais.

Segundo o Ministério das Relações Exterior brasileiro (MRE, 2017), a Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. A crescente integração econômica bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina, destaca-se que entre 2003 e 2015, a corrente de comércio bilateral elevou-se de US\$ 9,24 bilhões para US\$ 23,09 bilhões, um crescimento de 150%. No período, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram de US\$ 4,56 bilhões para US\$ 12,8 bilhões, incremento de 181%. Em 2015, a Argentina ocupou o terceiro lugar no destino das exportações brasileiras.

Além disso, uma vantagem prevista nos tratados do MERCOSUL é a possibilidade dos países membros negociarem em grupo com os demais países ou mesmo blocos econômicos, obtendo melhores preços e condições para que seus produtos sejam reconhecidos e valorizados pelo mundo afora (GONTIJO, 2014).

Por fim, pode-se perceber neste estudo, a importância do MERCOSUL para a economia dos países membros, pois sua formação em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, representou um grande passo na direção da integração regional, onde o bloco se tornou um importante instrumento para o crescimento do fluxo comercial entre seus membros. Como uma base de apoio para a competição dos países no mercado internacional, o MERCOSUL trouxe avanços econômicos assegurando cada vez mais a estabilidade e o crescimento da economia, fortalecendo e proporcionando ganho em todas as áreas, através de vantagens como a redução tarifária para uma maior integração intrabloco.

2.2 Histórico do Setor do Trigo no Brasil

Este tópico apresenta a origem do trigo brasileiro, contando a história do cereal e as etapas pelas quais passou ao longo do tempo, trazendo algumas das formas de incentivo governamental a esta cultura e explicando os fatores que facilitaram a entrada do trigo importado, o que contribuiu para enfraquecimento do setor no país.

O trigo é uma gramínea do gênero *Triticum* cultivada em todo mundo, destacando-se como a segunda maior cultura de cereais, após o milho. Originária do Oriente Médio, a cultura tem ciclo anual e seus cultivares são classificados segundo a estação do ano em que crescem (trigo de inverno ou trigo de primavera) e pelo conteúdo de glúten (trigo duro, com elevado conteúdo de glúten, ou trigo macio, com elevado conteúdo de amido) (SEAE, 2010).

Segundo a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE, 2010), a cultura contém em torno de 30 tipos geneticamente diferenciados, entre os quais apenas três são produzidos comercialmente:

- *Aestivum Vulgaris*: responsável por mais de quatro quintos da produção mundial, sendo, por isso, chamado de trigo comum. É o tipo adequado à panificação;
- *Turgidum Durum*: utilizado na produção de macarrão e outras massas;
- *Compactum*: trigo de baixo teor de glúten, produzido em pequena proporção, utilizado para fabricar biscoitos suaves (SEAE, 2010).

O grão de trigo é utilizado na fabricação da farinha para posterior uso na produção de alimentos básicos (pão, massas e biscoitos), na fabricação do farelo destinado à alimentação de animais domésticos e, ainda, como ingrediente na fabricação de cerveja. Ademais, o trigo pode ser plantado apenas como uma forragem para animais domésticos, a exemplo do feno (SEAE, 2010).

Soares (1980) cita que o primeiro registro do plantio de trigo no Brasil foi em 1534, quando Martim Afonso de Sousa trouxe as primeiras sementes, que foram plantadas na Capitania de São Vicente (Litoral de São Paulo), o que levou o Brasil a antecipar-se nesta cultura ante os Norte Americanos, Argentinos e Uruguaios. No entanto, devido ao estágio genético dos grãos não houve uma adequada adaptação do trigo ao clima brasileiro e somente em 1737 a lavoura tritícola foi introduzida no Rio Grande do Sul por colonos vindos dos Açores.

É importante salientar que o trigo tomou grandes proporções nas décadas iniciais do século XVIII, sendo até exportado para outros estados e mercados. Contudo, Soares (1980), cita que em 1900, o trigo praticamente deixou de existir como cultivo econômico devido ao aparecimento da ferrugem, uma doença causada por fungos, constituída pelo aparecimento de pústulas com esporos de coloração amarelo-escura a marrom na superfície das folhas, que se abateu sobre os trigais brasileiros, e este foi o começo da decadência de triticultura na sua primeira fase.

Tal fato motivou, em 1912, a abertura do primeiro campo de pesquisa experimental de trigo no Rio Grande do Sul e, em 1919, a criação de mais dois campos de pesquisa de trigo: um em Ponta Grossa no Paraná e outra em Alfredo Chaves, atualmente Veranópolis no Rio Grande do Sul. Desde então, muitas mudanças, pesquisas e incentivos a esse cereal foram feitas.

Deflagrada a Revolução de 1930 no País, constatou-se que uma das primeiras preocupações do novo governo foi conceder incentivos financeiros à produção de trigo, visando o aumento da produtividade. Porém o esforço governamental só veio após a 2^a. Guerra Mundial, com a adoção da política de substituição de importações. Em 1937, a Lei n.º 470 determinava a criação de cinco estações experimentais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Goiás, além de 40 postos de multiplicação de sementes

divididos em vários Estados. Infelizmente, os postos nunca foram instalados (GARCIA, 2011).

Em 1962, acontece no Brasil, a criação do Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN), que alavancou tanto as pesquisas, quanto as negociações do trigo brasileiro. Devido a atuação desse departamento, começaram pesquisas a respeito do combate da ferrugem (GARCIA, 2011).

Colle (1998) menciona o ano de 1967 como um dos marcos importantes no setor, com a publicação do Decreto-Lei nº 210, que regulamentou toda a política de produção, comercialização e industrialização do trigo no Brasil até final de 1990. Durante esse período ocorreram mudanças no processo tecnológico e nos níveis de financiamento e preços.

O autor ressalta que os objetivos do Decreto Lei nº 210 eram: Dar prioridade ao trigo nacional; Regular a comercialização, reforçando o poder monopolista do governo no mercado de trigo nacional e importado; Garantir o abastecimento adequado do mercado, dividindo o país em zonas de consumo; Impedir a expansão da capacidade de moagem do país e Permitir desmembramentos, incorporações e transferências de moinhos com autorização da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

Em 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que reforçou os estudos de todos os aspectos da cultura, como clima, genética e produtividade. Visando reduzir pressões inflacionárias, neste mesmo ano o governo brasileiro incentivou a autossuficiência do trigo brasileiro através de linhas de crédito subsidiadas para o financiamento da agricultura, política de preços mínimos ao produtor e compra da produção total (GARCIA, 2011).

Segundo Zandonadi (1979), na década de 1980 o governo reduziu a oferta de recursos para o custeio das safras agrícolas e em 1987, extinguiu o subsídio com o aumento da cultura doméstica, quando a produção atingiu 93,28% do consumo. Em 1990, o Decreto-Lei nº 210 foi revogado e o Estado se afastou da normatização da produção e comercialização do trigo brasileiro e a partir desse momento a produção passou a ser norteadada pelas leis do mercado.

Com a extinção da política tritícola estatal ocorreu o estabelecimento do MERCOSUL, fato que trouxe concorrência para a cadeia produtiva do trigo no Brasil, em vista das vantagens comparativas da Argentina no cultivo deste cereal (MENDES, 1994).

Cabe destacar que, com a retirada do apoio governamental à cultura do cereal, a produção foi desestimulada e reduziu os preços subsidiados no mercado internacional, as taxas de juros e os prazos de pagamento diferenciados acabaram prejudicando o produtor brasileiro que estava habituado com a regulamentação do Estado, com recursos, incentivos e subsídios para manter-se na atividade.

Corte et. al. (2015) cita que a queda dos subsídios e impostos de importação facilitou a entrada de trigo e derivados de outros países e a área plantada decresceu fortemente devido à baixa competitividade do trigo brasileiro em relação ao importado. A produção e consumo brasileiros de trigo passaram de um período de regulamentação estatal, e quase autossuficiência na produção de trigo, à dependência de importações para suprir a demanda.

Considerado um dos principais alimentos da humanidade, o trigo passou por fases marcantes ao longo de sua história e no decorrer de sua estruturação acabou se tornando um setor enfraquecido. Vários governos procuraram fomentar a cultura do trigo no Brasil, criando estações experimentais para estudos e adaptação de cultivares, distribuição de sementes apropriadas e garantia de um preço mínimo compensador para toda a produção (COLLE, 1998; SOARES, 1980). Com o passar dos anos, o trigo brasileiro teve uma grande melhora em termos competitivos, mas isso não esgotou o problema de qualidade, ainda há um longo caminho a ser trilhado no esforço de elevação da qualidade do cereal (CORTE et. al. 2015).

Em suma, pode-se perceber que o trigo, cereal de grande importância e principal insumo de vários alimentos, passou por períodos de produção em grandes proporções à quase extinção. A retirada do apoio governamental após anos de excessiva regulamentação causou vários efeitos sobre esta cultura, o desestímulo a produção foi muito maior com a entrada de produtos importados. Apesar de toda pesquisa e avanço na qualidade deste cultivar ao longo de sua história, o trigo brasileiro ainda é pouco competitivo em relação ao importado, por vários fatores que serão elencados ao longo deste estudo.

2.3 A Cadeia Produtiva do Trigo no Brasil

Todos os níveis da cadeia produtiva do trigo brasileiro e sua forma de distribuição são apresentados nesta seção, que traz também as principais regiões produtoras do cereal dentro do país, com destaque para a região Sul que ocupa o primeiro lugar.

O mercado do trigo passou por duas fases distintas: A primeira, onde o Estado possuía toda a autonomia, regulando as políticas que visavam à ampliação do consumo e à autossuficiência na produção. A segunda fase correspondeu a retirada da intervenção estatal à produção nacional de trigo e ao livre mercado (COLLE, 1998). Com o afastamento do Estado, Brum e Muller (2008) citam que a cadeia do trigo foi dividida em: insumos agrícolas, produção (produtores rurais e suas cooperativas), moinhos, indústria de transformação, distribuição e consumo.

Conforme os autores, no primeiro nível da cadeia estão os principais insumos utilizados na cultura de trigo, são eles: sementes, corretivos, máquinas e implementos, defensivos agrícolas e fertilizantes. O setor de insumos agrícolas vem aumentando sua importância na economia nacional, assim como a mecanização da agricultura brasileira.

O segundo nível da cadeia é representado pela produção agrícola. O produto da produção primária e industrial destina-se ao mercado interno e o grão produzido que não é utilizado para semente é comercializado para as cooperativas e para os intermediários moageiros. A produção entregue às cooperativas pode ser utilizada para formação de estoque pelo governo ou comercializada aos moinhos (COLLE, 1998).

Neste mesmo nível, encontram-se as importações, dado que a produção interna não é suficiente para atender toda a demanda. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2014), a área produtora de trigo no Brasil está distribuída em 4 regiões: A região Sul que compreende o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; a região Sudeste com os estados de Minas Gerais e São Paulo; a região Centro-Oeste que abrange os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal e a região Nordeste com a Bahia. Maior parte dos tricultores brasileiros estão no sul do país, onde se concentra mais de 90% da produção do trigo nacional.

O nível seguinte é formado pelos moinhos, onde ocorre o beneficiamento primário, como o farelo e a farinha. A indústria moageira inicia a produção de farinhas e misturas que irão compor os inúmeros produtos finais do complexo agroindustrial do trigo. Os moinhos processam os grãos de trigo em farinha comum, farinha especial e fortificada, pré misturas com ou sem aditivos e *blends* de farinha, além do farelo como subproduto para a indústria de ração animal. Segundo dados da ABITRIGO (2016), existem no Brasil 196 moinhos de trigo, sendo a grande maioria localizada nas regiões Sul e Sudeste (75%).

Silva (1991) aponta que a indústria moageira de trigo no Brasil é relativamente antiga, contudo, se desenvolveu somente após a Lei nº 948 de 3/12/1949, que isentou de impostos por cinco anos a importação de máquinas, desde que não houvesse similar nacional. Como parte dos moinhos recebia cotas de trigo proporcionalmente à capacidade de produção, rapidamente ocorreu a expansão do número de plantas no parque moageiro nacional. Por conta disso, a capacidade do parque moageiro brasileiro apresentava-se superior ao consumo doméstico de trigo, havendo forte ociosidade neste setor no Brasil.

O último nível é a distribuição dos produtos finais, para o atacado, varejo e consumidores. A distribuição pode ser feita de forma direta ou através de terceirização. De acordo com a ABITRIGO (2016), a indústria de massas, biscoito, pães e bolos utiliza cerca de 74% da produção, enquanto que outros 10% destinam-se para o varejo (consumo direto pela população) e 16% para a pecuária na fabricação de ração.

O Brasil conta com 63,2 mil padarias no País, setor que faturou aproximadamente R\$ 72 bilhões em 2015 e que representa cerca de 2% do PIB nacional (geração de riquezas do País). Ao todo, cria 818 mil empregos diretos e mantém 1,8 milhão de postos de trabalho indiretos (ABITRIGO, 2016). A figura 1 mostra todas as etapas da cadeia, desde o fornecimento dos insumos até a distribuição dos produtos no varejo:

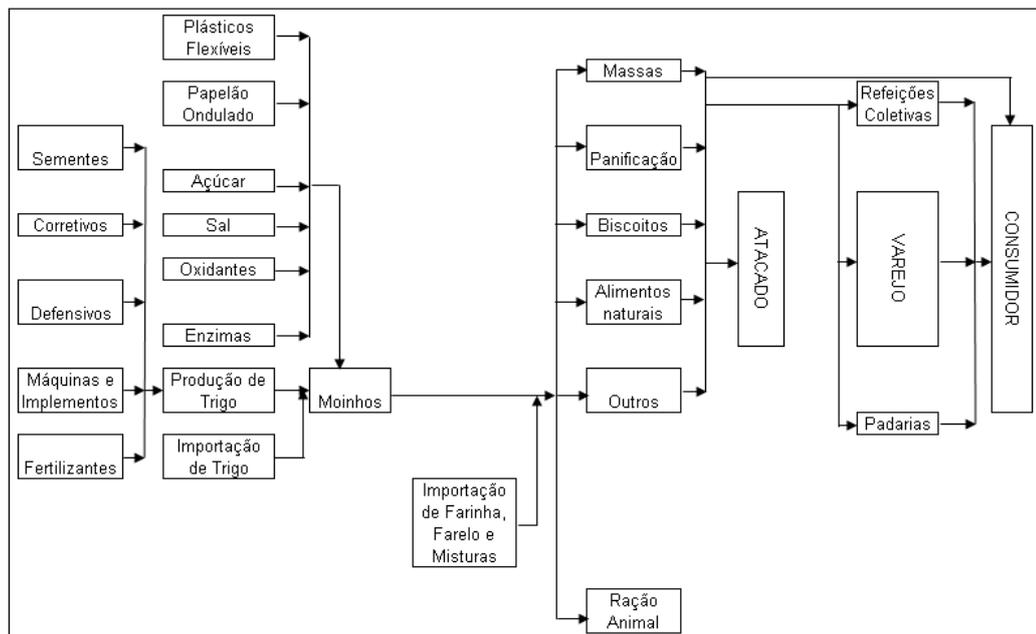


Figura 1: Cadeia produtiva do trigo brasileiro
Fonte: Rossi e Neves (2004)

Em síntese, este estudo assume que, a cadeia produtiva do trigo no Brasil desempenha papel fundamental, pois é através da intensa relação entre seus elos que todo o setor é conduzido. Sua importância inicia na preparação do solo para plantio, que movimentam o setor de fertilizantes e insumos, passando pela produção e pelos moinhos que beneficiam o trigo até a distribuição dos produtos finais, que estimulam a economia do país, criando empregos e gerando renda. O desempenho de cada nível da cadeia determina o desempenho de todo o sistema e esta sofre os impactos e as dificuldades do setor, que dentre estes podem ser destacados os preços baixos, as importações constantes e a instabilidade do mercado.

2.3.1 Distribuição do Trigo no Brasil

A distribuição do trigo no Brasil é realizada em sua grande maioria através do transporte rodoviário. Como a maior parte da produção do trigo está concentrada na região sul do país, a malha rodoviária torna-se economicamente mais viável entre essas regiões, contudo se torna muito cara quando há necessidade de distribuir os grãos para as regiões norte e nordeste, visto as longas distâncias a percorrer (GARCIA, 2011).

Garcia (2011) cita que o complexo agroindustrial tritícola brasileiro compreende a produção do trigo em grão, sua transformação e sua distribuição na forma de farinhas, farelo, pães, massas e biscoitos. Segundo o autor, o transporte é feito basicamente por caminhões que movimentam o trigo através da malha rodoviária da unidade produtora até a cooperativa, das cooperativas até um moinho moageiro ou até os armazéns de estoque do governo e então os moageiros vendem a farinha às indústrias de transformação final (panificadoras, indústria de massas e biscoitos) e, diretamente, aos distribuidores internos.

Cabe ressaltar que, em curtas distâncias este modal pode trazer agilidade na entrega da mercadoria, entretanto, o custo do transporte rodoviário torna-se caro para as grandes distâncias percorridas no caso do trigo, pois o preço do combustível está cada vez mais alto, há gastos com pedágios e as rodovias estão em condições precárias de trafegar.

Para Candiani (1998), há a necessidade de se incrementar o volume de cargas transportadas por cabotagem no Brasil, pois esse modal de transporte é efetivamente o mais eficiente nos custos para longas distâncias, sendo que o tempo de transporte é praticamente o mesmo gasto pelos caminhões.

O transporte de cabotagem caracteriza-se como aquele realizado entre dois portos da costa ou entre um porto costeiro e um fluvial de um mesmo país. O Brasil possui mais de 8.000 quilômetros de costa marítima e, acrescida parte do rio Amazonas, possibilita que o percurso para a navegação de cabotagem chegue a 10.000 quilômetros de vias de transporte. Para um produto como o trigo, que tem sua produção concentrada na Região Sul e a demanda pulverizada por vários estados, este meio de transporte torna-se um fator de maior importância para que o produtor obtenha competitividade em relação ao produto importado (CONAB, 2015).

Mesmo com vantagens, é muito difícil alavancar as operações de cabotagem no Brasil, pois as regras de segurança das medidas sanitárias e de certificação e a burocracia aduaneira, além das tradicionais faltas de compartilhamento das informações da carga e da documentação para cumprir as obrigações fiscais, dificultam o fluxo da logística dos produtos agrícolas nos portos (CONAB, 2015).

A principal dificuldade ou entrave ao transporte costeiro de carga são os altos custos portuários e a inexistência de escalas regulares, pela falta de navios especializados e pelas dificuldades encontradas no meio legal e operacional para a realização do transporte multimodal. Estas dificuldades e barreiras fazem com que as empresas com alta demanda de transportes busquem e prefiram a regularidade e a confiabilidade do modal rodoviário do que a alternativa multimodal (GARCIA, 2011).

Por fim, mesmo com uma extensa costa e com um grande volume de cargas movimentadas no Brasil, a atividade de transporte hidroviário e de cabotagem se dá principalmente ao transporte de petróleo e minério, não sendo utilizada para transporte agrícola pela pouca disponibilidade de navios e pela própria falta de estímulo a utilização desse modal.

2.4 O Trigo Argentino e sua Cadeia Produtiva

Esta seção traz um pouco da história do trigo argentino e das características edafoclimáticas do país, (características do clima, da temperatura, da umidade do ar, do tipo de solo, vento e composição atmosférica) que faz dele um dos grandes exportadores do cereal, além disso, apresenta as etapas de sua cadeia produtiva e as principais províncias produtoras dentro da Argentina.

Na Argentina apesar do primeiro cultivo de trigo ocorrer em 1527, pelo navegador italiano Sebastião Gaboto na atual Província de Santa Fé, o verdadeiro desenvolvimento da cultivar no país começou em 1870, quando foram plantados 70.000 hectares de trigo, superando um milhão de hectares em 1890. Em 1911, foram semeados seis milhões de hectares de cereais, dentre eles o trigo que teve suas variedades trazidas pelos colonos de diversas procedências (BRUM et. al., 2003).

Em 1928 foram cultivados nove milhões de hectares de trigo, período qualificado como época de ouro da agricultura argentina e desenvolvimento do país. A expansão do cultivo do trigo na Argentina teve seu início a partir de 1870 e não apenas causou uma grande transformação na agricultura como também foi o cultivo fundador da agricultura extensiva no país. O desenvolvimento do cereal está ligado às importantes transformações econômicas e também a vinda de mão-de-obra imigrante europeia, modificando toda a estrutura social e cultural da Argentina (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

Segundo os autores, as condições edafoclimáticas da Argentina foram extremamente favoráveis para o desenvolvimento da cultura do trigo, principalmente o trigo específico para a produção de pães e massas, o que transformou a Argentina em um grande exportador do cereal e de outros grãos.

É importante destacar que a qualidade do grão Argentino destinado para panificação é superior ao brasileiro, pois o cereal produzido no Brasil tem menos concentração de glúten e por isso apenas 30% de sua produção é destinada para panificação, o que faz com que, mesmo que o Brasil produzisse acima de seu consumo, ainda precisaria importar.

Apesar disso, se comparada com os principais países exportadores mundiais, como Austrália, Canadá e Estados Unidos, a qualidade do trigo argentino é considerada inferior, o que o torna competitivo é que o país integra o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o que reduz os preços para exportação para países do mesmo bloco econômico (MAGGIAN; FELIPE, 2009).

Assim como no Brasil, a cadeia do trigo na Argentina também é dividida em insumos, produção, armazenamento, indústria moageira/alimentícia e comercialização que envolve mercado interno e externo. A figura 2 apresenta as fases da cadeia produtiva do trigo Argentino:

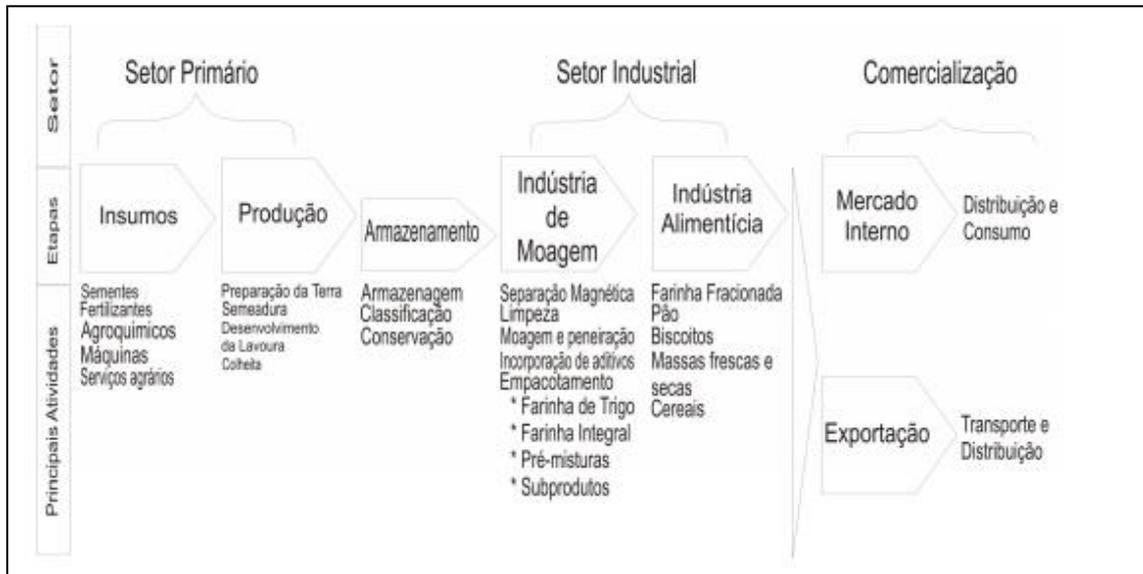


Figura 2: Cadeia produtiva do trigo argentino
Fonte: Maggian e Felipe (2009)

Além disso, a Argentina conta com um dos solos mais férteis do mundo, onde cultiva cerca de 36 milhões de hectares entre cereais, sementes oleaginosas, cultivos industriais, hortaliças e frutas, dentre estes, 30 milhões de hectares, destinam-se a cultivos de produção extensiva, como soja, milho e trigo. Esse solo fértil reduz a necessidade de fertilizantes, além do país contar com um clima mais estável para a produção do trigo (MRE, 2014).

O plantio de trigo Argentino ocorre entre os meses de maio e agosto e começa nas províncias do norte e termina com cobertura no sudeste e sudoeste da província de Buenos Aires. A produção ocorre principalmente nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Entre Rios e La Pampa, como mostra a figura 3, com base nas safras 2013/14 e 2014/15:

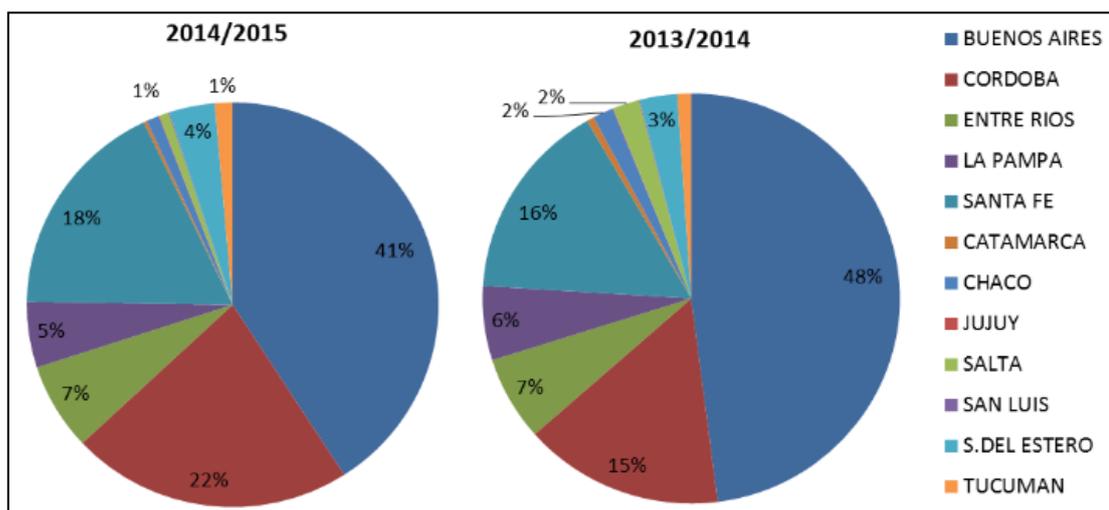


Figura 3: Área plantada de trigo na Argentina por província

Fonte: Ministério da Agricultura Argentino – disponível em <http://news.agrofy.com.ar/especiales/trigo15-16/siembra-trigo>

A Argentina exporta em grande quantidade para o Brasil por ter uma facilidade de logística, pois o trigo argentino é o que chega mais barato para o Brasil, além disso há a isenção da Tarifa Externa Comum (TEC), que é de 10%. No caso do MERCOSUL, a taxa não existe e persiste para os outros países, então, o trigo do MERCOSUL acaba sendo mais competitivo (ABITRIGO, 2016).

Por consequência, basicamente 90% do trigo importado no Brasil é argentino, pois o custo de produção na Argentina é muito mais baixo pelo solo, clima e proximidade do porto. Segundo a ABITRIGO (2016), o trigo argentino destinado ao Brasil é transportado de navio, são dez dias entre a saída da fazenda argentina e a chegada no moinho brasileiro, após superar os trâmites aduaneiros e as filas para embarque e desembarque nos portos. Ao chegar nos portos brasileiros, o cereal é transportado até os moinhos de caminhão.

Por esta razão, este estudo assume que o trigo Argentino é mais competitivo que o brasileiro, pois através da análise das cadeias produtivas, nota-se que além do fato da Argentina possuir um solo mais fértil e um clima mais favorável, a rapidez e a facilidade no transporte do trigo para os países importadores também são fatores que alavancam a competição.

2.5 Importância do Trigo no Sistema de Produção

O trigo cultivado no Brasil sempre foi uma cultura importante na promoção da sustentabilidade da agricultura, como um dos cereais mais antigos consumidos pelo homem e um dos mais cultivados em todo o mundo, possui fundamental importância para a agricultura e para a economia do país. Este tópico destaca a importância agrônômica, social e econômica deste cereal.

Sobretudo, o trigo é um cereal relevante nacionalmente, do qual pode-se destacar a sua importância agrônômica, social e econômica. Dentre sua importância agrônômica está o sistema de plantio direto e a rotação de culturas. Vezzani e Mielniczuk (2009) salientam que o plantio direto é uma forma sustentável de cultivar o trigo, contribuindo para a fertilidade do solo. O sistema de plantio direto pode proporcionar uma cobertura adequada do solo por resíduos vegetais, reduzir as perdas por erosão, manter o conteúdo de matéria orgânica e contribuir para a manutenção ou elevação do potencial de rendimento das culturas.

Além disso, com a semeadura direta ocorre também a redução do uso de máquinas e do revolvimento do solo, que associado ao uso de plantas de cobertura, preserva e recupera a estrutura do solo, mantendo o sistema agrícola mais produtivo (VEZZANI; MIELNICZUK, 2009). Segundo a Agência Embrapa de Informação Tecnológica (AGEITEC, 2016), a rotação de culturas consiste em alternar, anualmente, diferentes plantios, numa mesma área agrícola, o que ao mesmo tempo gera propósitos comerciais e de recuperação do solo, por sempre manter o solo coberto.

Cabe frisar que a cobertura do solo com culturas de inverno é fundamental, pois favorece a diminuição de pragas e ervas daninha, contribui com a diminuição do uso de insumos e aproveita as áreas e a sobra residual de adubo aplicado no verão. Além de melhorar as características do solo, proporciona a produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas. Segundo a EMBRAPA (2016), como cultura de inverno, o cereal reduz a ociosidade da terra, podendo propiciar duas culturas aos produtores, dando melhor uso para mão-de-obra, máquinas, infraestrutura de armazenagem e outros investimentos.

A importância social do trigo está relacionada à sua capacidade de geração de emprego e renda e também na capacidade nutricional que tem servido de segurança alimentar da população do país. No que se refere a geração de emprego e renda, como uma segunda cultura (cultura de inverno), o plantio do trigo garante a fixação do agricultor à terra e, desta forma, a sua renda. Ainda a cultura do trigo é responsável pela manutenção da ocupação do trabalhador rural no período de inverno (GARCIA, 2011).

Por outro lado, economicamente, a produção do trigo é muito importante, pois nota-se uma demanda crescente no mercado interno e o Brasil possui um grande potencial de expansão do consumo de trigo devido aos índices de crescimento que estão evoluindo com o aumento populacional. A demanda crescente no mercado interno impulsiona a produção do cereal que justifica a pretensão de futuros investimentos no seu cultivo (MARQUES, 2012).

Contudo, outro ponto economicamente importante é a exportação brasileira de trigo. Mesmo sendo tradicional importador de trigo, o Brasil consegue em algumas temporadas exportar parte de sua produção, ou seja, o excedente daquele trigo não apreciado para a fabricação de farinha para panificação. Esse trigo exportado, geralmente o cereal do Rio Grande do Sul, encontra grande demanda em países do norte da África, o principal mercado para o produto brasileiro (CONAB, 2017).

Para Garcia (2011), a importância econômica do trigo também está relacionada ao aproveitamento de infraestruturas agrícolas de fazendas, a possibilidade de plantação em larga escala como um grão sucessor da soja, a redução dos custos fixos da propriedade a medida que é implantado como cultura nas mesmas e a geração de emprego e renda no mercado de insumos devido a sua considerável demanda. Sobre o aproveitamento da infraestrutura das fazendas, a cultura do trigo é uma cultura secundária que possibilita o aproveitamento de silos e locais de armazenagem, máquinas, equipamentos e implementos que, findada uma primeira cultura, ficariam parados até que essa fosse novamente cultivada.

Por fim, podem ser considerados vários fatores que fazem do trigo uma cultura com potencial para a produção nacional, dentre eles a tecnologia, pois o país possui tecnologia que viabiliza estabilidade de rendimento em anos ruins e o incremento destes em anos favoráveis, possui também um sistema que permite o cultivo de duas safras por ano, além de poder contar com a experiência brasileira no cultivo do cereal e a oferta de novas tecnologias aliadas a pesquisas constantes.

Neste capítulo foi apresentado um breve histórico do MERCOSUL e suas vantagens para os países membros, como a estabilidade, o fortalecimento econômico e a possibilidade destes países negociarem com melhores preços e condições. Também foi apresentada a história do trigo no Brasil, desde o primeiro registro do plantio até os dias atuais, destacando as várias fases, pesquisas e melhorias, como o controle de pragas, a ferrugem e a melhoria da qualidade do grão. O capítulo também abordou a cadeia produtiva brasileira e argentina, através de um detalhamento de cada elo, assim como a importância econômica, social e agrônômica do trigo. A seção seguinte apresentará os aspectos metodológicos do presente estudo.

3 ASPECTOS METODOLOGICOS

Nesta seção será apresentada a metodologia utilizada para realização deste estudo. Segundo Strauss e Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. Os métodos são as ferramentas usadas na pesquisa, a fim de responder a questão problema. Zanella (2006) define o método como um conjunto de processos necessários para alcançar os fins de uma investigação, sendo este, o caminho percorrido.

Quanto aos procedimentos técnicos de pesquisa, este estudo utiliza pesquisa bibliográfica e documental, como consulta a livros, revistas, artigos, monografias, dissertações e teses, além de endereços eletrônicos e pesquisas em diversos sítios, a fim de melhor compreender sobre a cadeia produtiva do trigo, sua evolução histórica e sua importância. Conforme Gil (1996), uma pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos e levantamentos.

Além disso, do ponto de vista de seus objetivos, este estudo é classificado como Pesquisa Exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema a fim de torná-lo explícito ou a construir hipóteses (GIL, 1996). Segundo Cooper e Schindler (2003), o estudo exploratório objetiva aprofundar o conhecimento sobre o assunto, tornando-o mais claro, assim como aperfeiçoar a questão de pesquisa através da utilização de informações já existentes.

Como também, quanto a abordagem do problema, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa pois busca descrever e explicar os conceitos relacionados ao trigo, embasando o assunto para então quantificá-lo, e como pesquisa quantitativa que traduz os conceitos em números, opiniões e informações, para classificá-los e analisá-los.

Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa busca visualizar o contexto e trazer uma integração com o processo objeto de estudo que resulte melhor compreensão do fenômeno. Quanto à pesquisa quantitativa, Marconi e Lakatos (2004), descrevem como a abordagem que mostra a realidade dos elementos pesquisados em números, permitindo ao pesquisador tabular as informações e expressá-las em tabelas e gráficos.

A fim de atingir os objetivos do estudo, propõe-se fazer uma análise da quantidade produzida, da área plantada, da produtividade e do consumo de trigo tanto para o Brasil

quanto para a Argentina, descrevendo a série histórica do volume comercializado de trigo entre os dois países. Para os dados apresentados serão consideradas variáveis como: quantidade em saca (60 kg) e em toneladas, valor médio e valor em reais e dólar. O período de análise será compreendido entre 2000 e 2016. Após coletados, os dados serão organizados em gráficos e tabelas para melhor manuseio e organização das informações.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentadas as análises de volume produzido e consumido de trigo no Brasil e na Argentina, assim como dados de área plantada, produtividade média e valores do trigo no mercado. Também será feito um panorama dos fluxos comerciais entre ambos os países, com ênfase na importação brasileira de trigo argentino. Em sequência serão analisadas as políticas de fomento para a cultura do cereal e os acordos que regulam o comércio entre esses dois países, além dos principais entraves enfrentados pela cadeia de trigo brasileira.

4.1 Produção, Área Plantada, Consumo e Preço de Trigo – Brasil e Argentina

Na sequência vamos abordar quanto produção e a área plantada no Brasil e na Argentina, assim como o consumo de trigo nos 2 países abordados, e os preços de trigo praticados por ambos.

4.1.1 Produção de Trigo e Área Plantada no Brasil e na Argentina

Este tópico apresenta a quantidade produzida, a produtividade e a área plantada de trigo no Brasil e na Argentina, organizados em formas de tabelas e gráficos para uma maior compreensão.

Certamente, o trigo está entre as principais culturas de inverno no Brasil, sua produção competitiva e sustentável depende do conhecimento de aspectos relacionados à planta, como crescimento e desenvolvimento, das características da região onde será cultivado (clima e solo) e das práticas adequadas para a cultura em cada situação de produção (EMBRAPA, 2014).

Destaca-se que o trigo é cultivado em rotação com a soja nos maiores estados produtores, dentre estes, a região Sul destaca-se como a maior produtora de trigo no país, respondendo em média por 90% da produção brasileira. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015), as principais regiões produtoras, como mostra a figura 4 são: a região Sul, com os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina ocupando a primeira posição, seguido das regiões Sudeste e Centro-Oeste que ocupam a segunda e terceira posição na produção tritícola.

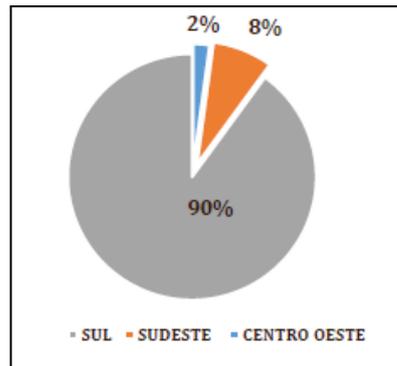


Figura 4: Participação na produção de trigo brasileiro por região
Fonte: adaptado de Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2015).

Quanto ao desempenho da produção do trigo no Brasil, pode-se observar na tabela 1, uma tendência crescente ao longo dos últimos 16 anos, variando em alguns períodos com forte queda no volume produzido, principalmente devido às condições climáticas adversas.

Tabela 1 - Produção Brasileira de Trigo (em milhões de tons)

Safra	Produção
2000/01	1.658,4
2001/02	3.194,2
2002/03	2.913,9
2003/04	6.073,5
2004/05	5.845,9
2005/06	4.873,1
2006/07	2.237,7
2007/08	4.097,1
2008/09	5.884,0
2009/10	5.026,2
2010/11	5.881,6
2011/12	5.788,6
2012/13	4.379,5
2013/14	5.527,8
2014/15	5.971,0
2015/16	5.535,0
2016/17	6.727,0

Fonte: elaborado pelo próprio autor com base em CONAB (2000-2016)

Cabe lembrar que desde os primeiros registros do plantio do trigo no Brasil em 1534, o cereal teve grande aceitação e sua produção tomou grandes proporções. Com os subsídios do governo a esta cultura, sua produção teve safra recorde em 1987, atingindo mais de 6 milhões de toneladas (COLLE, 1998). Entretanto, em 1990, o governo extinguiu o subsídio e deixou o produto ser norteado pelas leis do mercado, o que juntamente com uma menor área plantada,

fez com que o período compreendido entre 1990 e 2000 fosse caracterizado por forte queda de produção (ZANDONADI, 1979).

Note-se que aos poucos a produção voltou a se recuperar e como a tabela 1 demonstra, no ano de 2001 a produção dobrou se comparada com o ano 2000 e se manteve nessa média no ano seguinte (2002), entretanto, em face das condições climáticas muito favoráveis, a safra nacional de 2003 resultou em uma produtividade inédita na cultura do cereal, chegando a mais de 6.000 milhões de toneladas (CONAB, 2003).

Já, a safra de 2005 teve uma redução de 18,3% comparada a safra anterior (2004), e tal redução justifica-se principalmente em função da perda de área plantada em praticamente todos os estados produtores. A quebra da safra de verão, a estiagem do início do ano, os altos estoques de trigo e os preços de mercado deprimidos, constituíram-se em fatores que desestimularam os agricultores (CONAB, 2005).

Além disso, impulsionada pelos baixos preços do produto e pelas condições climáticas adversas, a safra de 2006 continuou a reduzir, com uma produção de 2,23 milhões de toneladas, inferior à da safra passada (2005) em 54,2% (2,64 milhões de toneladas). Nos anos que se seguiram, houve um crescimento na produção, que oscilou em torno de 4,0 e 6,0 milhões de toneladas entre safras de 2007 a 2015 (CONAB, 2006).

Por outro lado, a nova safra recorde ocorreu neste ano de 2016/17, onde a produção nacional de trigo cresceu 21% em comparação com a safra de 2015, chegando a 6.727 milhões de toneladas, mesmo com uma área 13,6% menor. No contexto geral, pode se observar que a produção brasileira cresceu nos últimos 10 anos, principalmente pelo ganho de produtividade, porém as áreas de cultivo do trigo foram reduzindo com maior frequência, como apresenta a tabela 2:

Tabela 2 - Comparativo da área e da produtividade de trigo no Brasil

Safra	Área Plantada (em mil/ha)	Produtividade (em kg/ha)
2000/01	1.468,1	1.130
2001/02	1.710,2	1.868
2002/03	2.051,6	1.420
2003/04	2.727,3	2.227
2004/05	2.753,3	2.121
2005/06	2.361,8	2.063
2006/07	1.757,5	1.271
2007/08	1.851,8	2.212
2008/09	2.396,2	2.456
2009/10	2.428,0	2.070
2010/11	2.149,8	2.736
2011/12	2.166,2	2.672
2012/13	1.895,4	2.311
2013/14	2.209,8	2.502
2014/15	2.758,0	2.165
2015/16	2.448,8	2.260
2016/17	2.118,4	3.175

Fonte: adaptado de séries históricas do trigo – CONAB (2016).

Pode-se constatar que na safra de 2000, a redução da área plantada resultou na menor área cultivada desde os anos oitenta. Nos anos seguintes voltou a aumentar, contudo, não tão significativamente. No ano de 2003 a área plantada quase dobrou se comparada a safra de 2002, que se manteve por duas safras (2004 e 2005), entretanto, em 2006 e 2007 reduziu novamente e vem se mantendo assim desde então. Segundo a CONAB (2016), este cenário tem se tornando recorrente frente aos desafios enfrentados pela triticultura nacional, a área de plantio vem reduzindo nos últimos anos devido ao desestímulo, em 2016 a área recuou 9,8% em relação a 2015.

Segundo o Sindicato da Indústria do Trigo (SINDUSTRIGO, 2017), um dos principais fatores de desestímulo são os preços recebidos pelos produtores, que não cobrem os custos de produção e o preço mínimo estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), no momento da comercialização do cereal nacional. Segundo a Fundação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP, 2016), outros fatores como elevação nos custos de produção, adversidades climáticas, dificuldades logísticas e de infraestrutura, e concorrência com o produto importado também fazem parte dos desafios na ampliação da produção nacional.

Note-se que apesar da boa produção de trigo no Brasil e da maior oferta do cereal do MERCOSUL, os baixos preços registrados poderão, mais uma vez, reduzir a área semeada, principalmente pelo baixo preço da saca vendida. Para a safra de 2017/18, as estimativas

indicam que a área brasileira de trigo deverá recuar, em função das incertezas quanto ao clima durante o desenvolvimento do grão e de problemas ocorridos nas últimas safras, como a falta de planejamento e de investimentos pelo governo.

De acordo com o SINDUSTRIGO (2017), a falta de uma política de crédito e comercialização de médio prazo que garanta um planejamento adequado para gerar ganhos melhores, junto a um cenário de recomposição dos estoques mundiais do cereal com o bom desempenho da produção e elevação da oferta nos Estados Unidos, Austrália e na Argentina, têm intimidado o crescimento da produção brasileira. No Estado do Paraná, maior produtor de trigo do país, dados da Secretária da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB, 2016), indicam que a área plantada de trigo em 2017/18 será 4% menor em relação à safra anterior, estimada em 1,048 milhão de hectares.

Já o trigo Argentino, depois de anos em queda, como apresenta a Tabela 3, começa a recuperar seu lugar histórico. Segundo a ABITRIGO (2016), o Ministério da Agricultura argentino informou que a produção da safra de trigo 2016/17 alcançou um recorde de 18,3 milhões de toneladas, muito acima da colheita da última safra (2015/16) que totalizou 11,3 milhões de toneladas.

Tabela 3 - Produção Argentina de Trigo (em milhões de tons)

Safra	Produção
2000/01	15.959,5
2001/02	15.291,6
2002/03	12.301,4
2003/04	14.563,0
2004/05	15.970,1
2005/06	12.575,2
2006/07	14.548,0
2007/08	16.354,0
2008/09	8.376,5
2009/10	9.023,1
2010/11	15.875,6
2011/12	14.500,5
2012/13	8.025,0
2013/14	9.188,3
2014/15	13.930,0
2015/16	11.297,0
2016/17	18.300,0

Fonte: adaptado de Anuário Estatístico da Bolsa de Comércio de Rosário (2015-2016).

Contando sempre com boas safras, o trigo Argentino manteve sua produção entre 12 e 16 milhões de toneladas por ano, entretanto, como se observa na tabela 3, em 2008 e 2009 a

produção caiu quase pela metade devido a política de controlar e tributar pesadamente a exportação, definida pelo governo de Cristina Kirchner para aumentar a arrecadação através da taxação das exportações.

O receio dos produtores em semear um cultivo que só teria o mercado que o governo ditasse provocou nos últimos anos um declínio da safra argentina de trigo. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2015), a redução da rentabilidade decorrente da maior tributação fez com que a produção argentina perdesse dinamismo no médio prazo.

As safras de 2010 e 2011 tiveram novamente um aumento na produção do cereal pelas promessas de liberação de maiores quantidades de trigo para exportação, contudo, em 2012 e 2013 voltaram a despencar frente ao desestímulo dos produtores e às condições climáticas que tiveram chuvas intensas inundando as lavouras e afetando a colheita.

Após passar por um cenário menos favorável, nesta safra (2016/17) a área plantada cresceu 25% frente à anterior (2015/16), por conta dos incentivos governamentais após a mudança do presidente no país Argentino. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo (ABITRIGO, 2016), o novo presidente Argentino Mauricio Macri retirou o imposto e eliminou as tarifas sobre as exportações de trigo. A tabela 4 apresenta a produtividade e a área plantada do país nos últimos 16 anos:

Tabela 4 - Comparativo da área e da produtividade de trigo na Argentina

Safra	Área Plantada (em mil/ha)	Produtividade (em kg/ha)
2000/01	6.496,6	2.491
2001/02	7.108,9	2.235
2002/03	6.300,2	2.033
2003/04	6.039,8	2.540
2004/05	6.260,4	2.631
2005/06	5.222,5	2.532
2006/07	5.675,9	2.626
2007/08	5.951,9	2.831
2008/09	4.773,7	1.963
2009/10	3.551,7	2.757
2010/11	4.582,2	3.503
2011/12	4.630,6	3.225
2012/13	3.162,1	2.658
2013/14	3.648,0	2.662
2014/15	5.261,0	2.810
2015/16	4.371,1	2.864
2016/17	4.700,0	3.640

Fonte: adaptado de Anuário Estatístico da Bolsa de Comércio de Rosário (2014-2016).

Na tabela 4 é possível observar a redução da área plantada a partir de 2008 devido a queda na produção por conta do desestímulo e da incerteza dos produtores quanto ao cultivo do cereal. Após a mudança do presidente no final de 2015 e a nova política de incentivos e propostas feitas por ele, já é possível observar um pequeno aumento na área plantada e na produtividade na safra de 2016/17.

Para a próxima safra (2017/18) a combinação de condições meteorológicas favoráveis e um contexto econômico adequado serão os incentivos necessários para o produtor aumentar os níveis de fertilização, repor os nutrientes e fazer um trigo de qualidade.

Em suma, o presente estudo traz um histórico da quantidade produzida e da área plantada de trigo no Brasil e na Argentina, a fim de demonstrar que a produção de trigo brasileira cresceu nos últimos dez anos, entretanto, sua área plantada evoluiu pouco frente ao desestímulo do produtor, principalmente pelo baixo preço da saca vendida que já não cobre mais o custo. Já o trigo argentino traz dados de recuperação nas últimas safras (2014-2016) após um período de queda enfrentado por causa das restrições governamentais.

4.1.2 Consumo de Trigo no Brasil e na Argentina

Esta seção traz uma análise da quantidade consumida de trigo no Brasil e na Argentina através de gráficos com dados de ambos os países, mostrando a grande quantidade consumida no Brasil comparado a sua pouca produção e a produção argentina que devido às favoráveis condições de solo e clima apresenta melhores resultados, tornando o país num dos principais produtores e exportadores deste cereal.

Salienta-se que novos ingredientes estão sendo incorporados na dieta alimentar do brasileiro e o trigo vem ganhando espaço entre eles. A matéria-prima do pão, das massas e biscoitos teve seu consumo médio dobrado nos últimos 40 anos, conforme projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, cada pessoa consome cerca de 60 kg de trigo em um ano e este consumo se concentra principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

No entanto, o consumo do Brasil ainda é considerado baixo se comparado ao número de habitantes. Para a EMBRAPA (2015), o perfil de consumo de uma população pode definir o “sucesso” ou “fracasso” de um produto, e é determinado pela distribuição da população rural

e urbana, pela cultura, pela renda per capita, pelo preço de produtos substitutos e complementares e pela preferência dos consumidores.

No caso do Brasil, características que definem o perfil de oferta e da variedade de produtos disponíveis, como o clima e o solo, também podem de afetar o consumo. Ainda, deve-se relacionar o consumo brasileiro de trigo com seu maior “vilão”, o arroz e o feijão e à disseminação de informações “negativas” sobre o efeito do glúten (principal proteína do trigo) na saúde humana, o que vem “assustando” os consumidores (EMBRAPA, 2015).

Segundo o Conselho Internacional de Grãos (IGC, 2016), que divulgou o consumo de trigo no mundo, o Brasil consumiu cerca de 11,6 milhões de toneladas na safra 2016/17 e 10,4 milhões e na safra anterior (2015/16), um consumo muito maior do que a quantidade produzida do cereal no nosso país. A figura 5 apresenta os dados de produção e consumo do trigo no país nos últimos 10 anos:

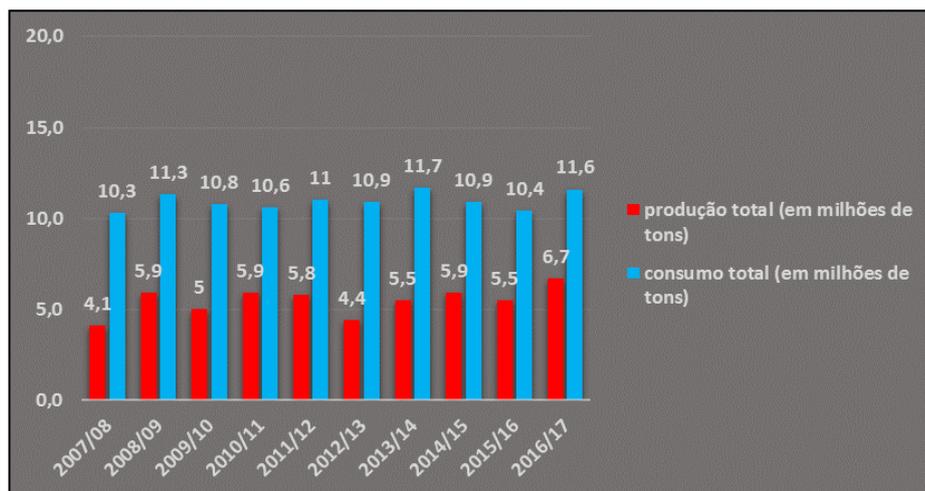


Figura 5: Dados de consumo e produção do trigo brasileiro nos últimos anos
Fonte: adaptado de IGC – Conselho Internacional de Grãos (2017).

Conforme apresentado na figura 5, historicamente observa-se uma insuficiência do abastecimento interno com o trigo produzido nacionalmente. Uma vez que a produção não consegue atender à demanda, devido o consumo do país ser muito maior do que sua produção, o Brasil importa a quantidade de trigo que falta. Conforme já destacado, o Brasil tem como maior fornecedor a Argentina, que conta com uma produção muito superior ao seu consumo.

Nesta safra (2016/17), a Argentina produziu 18,3 milhões de toneladas, enquanto o consumo interno do país foi de apenas 6,2 milhões de toneladas (IGC, 2016). Sendo assim, em princípio, o maior volume de trigo disponível favorece os moinhos brasileiros. A figura 6 mostra os dados de produção e consumo do trigo argentino:

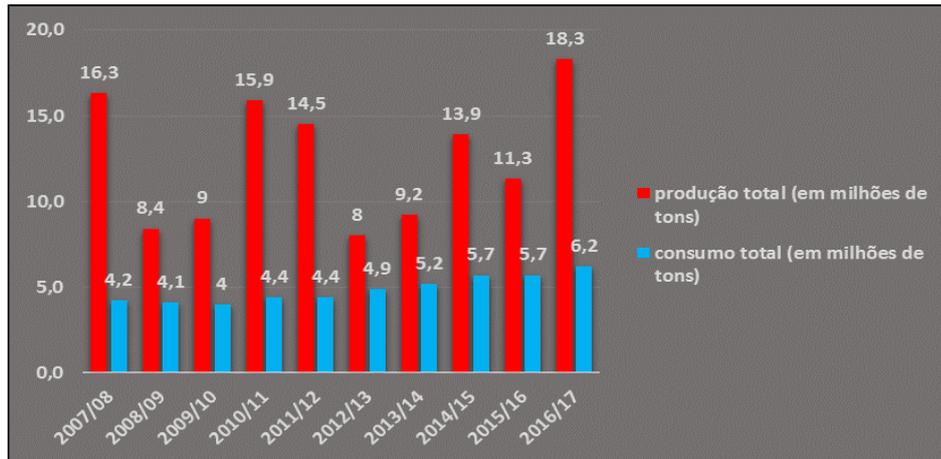


Figura 6: Dados de consumo e produção do Trigo Argentino nos últimos anos
Fonte: adaptado de IGC – Conselho Internacional de Grãos (2017).

Em suma, pode-se perceber a dependência brasileira do trigo argentino através da evolução da produção e do consumo dos dois países. Mesmo com um aumento na produção brasileira de trigo, a quantidade produzida ainda não supre o consumo interno do país, fazendo com que a participação da Argentina na oferta externa do cereal seja de grande importância.

4.1.3 Principais Preços do Trigo no Mercado Mundial

Este tópico apresenta os valores pagos pela saca e pela tonelada de trigo no Brasil, que deixou de ser controlado pelo governo e passou a ser determinado pelas leis do mercado, trazendo valores por região e em alguns países, com base nas principais bolsas.

Os fatores que podem intervir na formação dos preços do trigo ramificam-se em distintos setores, passando por condições não controláveis como condições climáticas, até os comportamentos econômicos de consumo interno e internacional. Outro fator que interfere diretamente nos preços mundiais e na capacidade de exportação e importações internas é a taxa de câmbio e as políticas comerciais, que intervêm diretamente nas relações de troca entre produção, emprego e inflação do país (FARIA, 2006).

O preço do trigo no Brasil foi controlado pelo governo até o final de 1990, que regulava toda a produção e compra do cereal, inclusive a concorrência internacional. Após esta data a desregulamentação e a abertura econômica reduziram o controle estatal e permitiram a entrada de trigo e derivados de outros países no mercado brasileiro e desde então, os preços passaram a ser determinados pelo mercado de acordo as condições internacionais de oferta e

demanda do cereal. De acordo com a CONAB (2016), a tabela 5 apresenta os valores da saca de 60 kg pagos ao produtor em cada região do país nos últimos anos:

Tabela 5 - Preço pago ao produtor por 60 kg de trigo em grão

ESTADO	JAN/11	JAN/12	JAN/13	JAN/14	JAN/15	JAN/16
DF	R\$ 40,00	R\$ 38,49	R\$ 42,00	R\$ 54,00	R\$ 43,00	R\$ 41,50
GO	R\$ 29,21	R\$ 37,60	R\$ 52,75	R\$ 56,40	R\$ 36,60	R\$ 45,00
PR	R\$ 25,22	R\$ 23,83	R\$ 38,88	R\$ 41,59	R\$ 30,44	R\$ 38,59
RS	R\$ 22,45	R\$ 24,19	R\$ 32,44	R\$ 33,63	R\$ 25,69	R\$ 33,35
SC	R\$ 24,20	R\$ 23,16	R\$ 36,48	R\$ 38,34	R\$ 28,74	R\$ 36,20
SP	R\$ 26,95	R\$ 26,42	R\$ 37,44	R\$ 47,14	R\$ 32,77	R\$ 43,12

Fonte: elaborado pelo autor a partir da CONAB (2011-2016)

Ao analisar a evolução do preço pago ao produtor na saca de 60 kg nos últimos anos, percebe-se que em 2011 e 2012 o valor médio se manteve estável nos diferentes estados, entretanto, em 2013 e em 2014 o preço teve um aumento de mais de 30% em quase todos os estados produtores, por esta ser uma safra com boa produtividade.

O preço médio recebido pela saca de trigo em março de 2015 foi de R\$ 31,21, valor 25% abaixo do registrado em 2014. Os preços do trigo iniciaram 2016 em alta, refletindo o maior interesse de moinhos e de indústrias de ração e a baixa disponibilidade do produto, principalmente de boa qualidade, segundo pesquisas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-ESALQ, 2016), ficando em torno de R\$ 39,62 a saca.

O preço da tonelada também pode ser comparado, segundo o CEPEA-ESALQ, o preço da tonelada no Brasil também teve seu melhor preço na safra de 2014, chegando a R\$ 815,63. Nesta última safra (2016/17), teve o segundo melhor preço dos últimos 13 anos devido ao recorde de produção e a boa qualidade dos grãos. A tabela 6 apresenta a evolução do preço do trigo no Brasil:

Tabela 6 - Preço do trigo brasileiro em tonelada

Safra	Preço por tonelada
2004/05	R\$ 457,51
2005/06	R\$ 368,50
2006/07	R\$ 397,14
2007/08	R\$ 527,32
2008/09	R\$ 619,53
2009/10	R\$ 494,70
2010/11	R\$ 431,95
2011/12	R\$ 478,65
2012/13	R\$ 539,06
2013/14	R\$ 815,63
2014/15	R\$ 679,37
2015/16	R\$ 655,61
2016/17	R\$ 756,89

Fonte: elaborado pelo autor com base no CEPEA/ESALQ/ABITRIGO (2016-2017)

Por consequência, o preço pago pelo trigo já não motiva o produtor e muitas vezes não cobre os custos de produção. As despesas com o custeio da lavoura nos principais estados produtores, Paraná e Rio Grande do Sul, são apresentadas na tabela 7, onde é possível perceber que o alto custo de produção por saca de trigo se comparado com os valores pagos ao produtor, desestimula o plantio do cereal:

Tabela 7 – Despesas com o custeio da lavoura por 60 kg de trigo em grão

ESTADO	JAN/11	JAN/12	JAN/13	JAN/14	JAN/15	JAN/16
PR	R\$ 22,79	R\$ 24,83	R\$ 27,77	R\$ 31,23	R\$ 31,85	R\$ 36,15
RS	R\$ 22,54	R\$ 21,75	R\$ 25,82	R\$ 27,94	R\$ 29,92	R\$ 31,05

Fonte: elaborado pelo autor com base em CONAB/DIGEM/SUINF/SEAB (2011-2016)

Dentre os principais custos de produção do trigo estão os insumos (sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas), que correspondem por quase 50% dos custos operacionais, além disso, despesas com mão de obra e transportes no plantio e na colheita, assim como impostos e seguro também compõe os custos de produção do cereal.

O trigo tem sua cotação referencial em Bolsa, tanto na fonte *CME Group*, quanto na *Kansas City* para o trigo duro de inverno. Ambas são importantes para estabelecer os preços futuros do produto. A precificação de trigo em bolsa visa padronizar a atuação dos preços para o mercado externo e interno e comporta-se também como garantidor de contratos futuros para o produtor, na medida em que estabelece para negociação futura a contratação antecipada de sua produção a um preço já estabelecido e aceito pelo mercado (CONAB, 2017).

A tabela 8 mostra os preços da tonelada de trigo nos Estados Unidos e na Argentina nos últimos 4 anos:

Safra	Argentina	EUA
2013/14	355	311
2014/15	276	283
2015/16	195	224
2016/17	215	196

Fonte: adaptado de ABITRIGO (2017)

Na tabela 8, é possível notar a oscilação nos preços, principalmente nos Estados Unidos, onde os preços foram baixos em 2016, por conta da maior oferta e de estoques elevados do cereal norte-americano, da ampla disponibilidade mundial e da valorização do dólar, que reduz a competitividade do grão daquele país. Além disso, o clima favorável à colheita da safra de inverno no sul das Grandes Planícies dos EUA e a queda nos valores futuros do milho também influenciaram as baixas no correr do ano (CEPEA/2017).

Em suma, pode-se notar que há grandes variações nos preços do trigo e este vem caindo com o passar do tempo devido a maior produção mundial e ao maior volume importado, além disto, a concorrência do cereal proveniente do MERCOSUL e o câmbio também são fatores que influenciam na desvalorização do produto nacional. Todo este cenário gera insatisfação nos produtores, uma vez que o valor recebido já não cobre mais o custo de produção, desestimulando a cultura no nosso país que em consequência leva a uma menor área plantada e menor produção.

4.2 Fluxos Comerciais entre Brasil e Argentina

Esta seção apresenta as principais relações comerciais entre Brasil e Argentina, assim como as etapas do processo de integração entre estes dois países e a grande importância estratégica dessa integração para a ampliação de mercados e para o fortalecimento das suas economias, trazendo também dados do comércio bilateral e da evolução do intercâmbio comercial.

A integração econômica pode ser entendida como o processo de eliminação de fronteiras e barreiras econômicas entre dois ou mais mercados. Segundo Machado (2000), o

objetivo da integração econômica é a criação de mercados mais amplos e mais eficientes, a partir da eliminação dos obstáculos aos fluxos de mercadorias, serviços e fatores de produção entre os participantes.

Assim sendo, um mercado maior e integrado possibilita uma melhor alocação dos recursos com preços mais baixos, melhoria na qualidade dos produtos e aumento da produtividade dos países. O estreitamento dos laços políticos e econômicos entre povos que compartilham herança histórica e vizinhança geográfica se intensificou diante de uma economia internacional cada vez mais globalizada (SANTOS, 2013).

Pode-se dizer que o MERCOSUL é resultado de diversas tentativas de integração regional na forma de zona de livre comércio e nos anos posteriores à sua implementação, os fluxos comerciais entre os países membros e o resto do mundo aumentaram significativamente. A implantação do MERCOSUL em 1991 representou um marco para os países da América do Sul, sendo o primeiro processo de integração sul-americano a obter resultados concretos e abrir alternativas regionais para uma melhor inserção internacional dos países do cone sul, nos quadros de uma ordem mundial emergente (VIZENTINI, 2007; CARDOSO, 2011).

O processo de integração no MERCOSUL vem adotando gradualmente a eliminação das barreiras ao comércio dos países membros. No contexto da integração global, Vizentini (2007) diz que a concentração de países em blocos econômicos, caso do MERCOSUL, possibilita a consolidação das relações comerciais dos países membros, assim como é estrategicamente funcional no contexto internacional. Ele defende a ideia de que a integração não se dá apenas no campo econômico, mas também no social, político e cultural dos povos envolvidos.

Um elemento comum à Argentina e Brasil que reforçou a identificação dos países com as iniciativas de integração regional foi o processo de transição democrática, que acompanhou o contexto de crise econômica durante os anos 80, surgindo a crença de que a redemocratização fortaleceria a integração regional e a capacidade de negociação internacional destes países. Neste sentido, tornou-se interessante a assinatura de acordos que estimulassem a democracia e a integração, fatores percebidos como chaves para o fortalecimento destes países frente ao novo cenário internacional que se configurava (SANTOS 2013).

Vale ressaltar que com o restabelecimento da democracia na Argentina em 1983, e no Brasil em 1985, aceleraram-se os avanços históricos nas relações bilaterais e então nascia o princípio segundo o qual Argentina e Brasil deveriam construir uma parceria harmônica, estratégica para o desenvolvimento econômico.

O primeiro passo concreto para o processo de integração entre os dois países foi a assinatura da Declaração de Iguazu, em 1985, pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na qual os dois países se mostravam dispostos a iniciar um amplo processo de aproximação bilateral, por meio da superação de antigas rivalidades, da construção de confiança e da integração econômica (MDIC, 2016).

Segundo Mariano e Oliveira (2000), no decorrer dos governos de Raúl Alfonsín e José Sarney, ambos os países mantiveram uma política de aproximação no campo comercial, que possibilitou a construção de uma parceria baseada em uma convergência de interesses e de propósitos políticos, definidos em um marco de restauração da democracia. Brasil e Argentina passaram a buscar o reforço mútuo frente a problemas comuns tanto no campo político quanto no econômico, onde a alta inflação e o endividamento externo constituíam um desafio comum.

Em 1986, mais um importante passo foi dado com a assinatura da Ata para a Integração Brasil-Argentina, que criou o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). A Ata baseava-se nos princípios que mais tarde norteariam o Tratado de Assunção, que criaria o MERCOSUL: flexibilidade (para permitir ajustamentos no ritmo e nos objetivos); gradualismo (para avançar em etapas anuais); simetria (para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial) e equilíbrio dinâmico (para propiciar uma integração setorial uniforme) (MDIC, 2016).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2016), em 1988, os dois países assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que tinha o objetivo de fixar uma área de livre comércio em um prazo de dez anos. Na oportunidade, foram assinados 24 Protocolos sobre diversos temas, tais como: bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, transporte marítimo, transporte terrestre. A etapa fundamental desse processo foi a assinatura, em julho de 1990, da Ata de Buenos Aires, que reduziu o prazo em quatro anos e meio para consolidar o objetivo da integração de um mercado comum.

O processo de integração Brasil-Argentina, como aponta Vaz (2002), nunca foi um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar objetivos de política externa relacionados aos planos econômicos e comerciais. A integração adquiriu importância política no sentido de ser vista por ambos os países como uma estratégia comum para uma inserção mais competitiva no cenário econômico internacional.

No Brasil, a integração é vista como uma forma de ampliar mercados para seus produtos por meio da consolidação da postura de liderança do país no continente, além disso, o país percebe a importância política da integração dado que há o fortalecimento em todo o mundo dos blocos regionais. Para a Argentina, o desejo pela integração devia-se ao fato de que o Brasil era visto como uma economia capaz de absorver os produtos argentinos (VAZ, 2002).

A Argentina com uma área de 2.791.810 km² e uma população de 44.237.131 habitantes e o Brasil com 8.516.000 km² de área e uma população de 211.327.453 habitantes, são hoje líderes do MERCOSUL, sendo as maiores economias, as mais diversificadas e com maiores possibilidades de integração, que tiveram historicamente, fases marcadas por aproximação e afastamento, tanto na esfera político-diplomática, quanto nas questões econômico-comerciais (BALBÉ; MACHADO, 2008).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2014), o MERCOSUL é o principal mercado de destino das exportações argentinas (US\$ 21,395 bilhões, em 2013), com uma participação no total de 26%. Em 2013, os embarques direcionados ao Brasil, principal mercado de destino das vendas externas argentinas, representaram 84% do total das exportações ao bloco e no âmbito do MERCOSUL, 95% das importações argentinas tiveram o Brasil como país de origem (MRE, 2014).

O comércio bilateral Brasil-Argentina tem se revelado muito importante para ambos os países, pois a Argentina é o principal parceiro comercial brasileiro na América Latina. A tabela 9 apresenta a evolução do intercâmbio comercial entre os dois países:

Tabela 9 - Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Argentina (milhões US\$)

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Saldo
2006	11.740	18,2%	8.053	29,0%	19.793	22,4%	3.686
2007	14.417	22,8%	10.404	29,2%	24.821	25,4%	4.013
2008	17.606	22,1%	13.258	27,4%	30.864	24,3%	4.347
2009	12.785	-24,4%	11.282	-14,9%	24.067	-22,0%	1.503
2010	18.526	44,9%	14.435	27,9%	32.957	36,9%	4.088
2011	22.709	22,6%	16.906	17,1%	39.616	20,2%	5.803
2012	17.998	-20,7%	16.444	-2,7%	34.442	-13,1%	1.554
2013	19.615	9,0%	16.463	0,1%	36.078	4,8%	3.153
2014	14.282	-27,2%	14.143	-14,1%	28.425	-21,2%	139
2015	12.800	-10,4%	10.285	-27,3%	23.085	-18,8%	2.515
2016	13.418	4,8%	9.084	-11,7%	22.502	-2,5%	4.333

Fonte: adaptado de MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb (2017).

Pode-se notar na tabela 9, as oscilações nas exportações e nas importações entre Brasil e Argentina. Entre 2006 e 2008, o intercâmbio foi positivo, onde o Brasil exportou US\$ 17,6 milhões para a Argentina e dela importou US\$ 8 milhões, já em 2009 houve queda tanto nas importações quanto nas exportações entre os países, com uma contração de 24,4% nas exportações e de 14,9% nas importações. Nos anos 2010 e 2011 o quadro voltou a ficar positivo e apresentou variação de quase 37% no intercâmbio comercial dos países.

A partir de 2012 o volume de importações e exportações entre Brasil e Argentina caiu devido às restrições impostas pelo governo argentino, como a limitação da cota para a venda a outros países. Em 2012, as importações brasileiras da Argentina totalizaram US\$ 16,4 milhões (contração de 2,7% em relação a 2011), enquanto nesse mesmo período as exportações brasileiras à Argentina alcançaram o montante de US\$ 18 milhões (queda de 20% em relação a 2011). Já em 2013, o fluxo comercial entre Brasil e Argentina apresentou um aumento de 8,7% em relação ao mesmo período de 2012 (FIESP/DEREX, 2013).

Entretanto, a Argentina foi o 3º principal parceiro comercial do Brasil em 2016, sendo o 3º nas exportações e o 4º nas importações. Entre 2012 e 2016, o intercâmbio comercial Brasil-Argentina decresceu 34,7%, de US\$ 34,4 milhões para US\$ 22,5 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 25,4% em razão, sobretudo, do desaquecimento nas vendas brasileiras de plásticos, máquinas, ferro e aço, papel, químicos inorgânicos e minérios. O superávit brasileiro na balança comercial oscilou nos últimos cinco anos, passando de US\$

1.554 milhões em 2012, para US\$ 4.333 milhões, representando o 3º maior saldo positivo em 2016 (FIESP/DEREX, 2017).

Por fim, percebe-se que a relação Brasil-Argentina apesar de importante para a estratégia competitiva dos dois países no cenário econômico internacional, oscilou e reduziu ao longo do tempo, principalmente após as várias barreiras impostas aos produtos exportados. A menor demanda e a contração do comércio foram alguns dos fatores que influenciaram o encolhimento no comércio exterior entre os dois países.

4.2.1 Panorama das Importações Brasileiras de Trigo Argentino

Este tópico traça um panorama das importações brasileiras de trigo provenientes da Argentina, onde o país vizinho supre o consumo interno do Brasil que não produz quantidade suficiente para atender sua demanda, sendo considerado um forte importador deste cereal.

O setor do agronegócio no Brasil vem sendo referência mundial, entretanto, conforme já apresentado, a produção de trigo brasileira está muito abaixo do consumo interno, o que torna necessária a importação. O Brasil produz aproximadamente metade da quantidade de trigo que consome, nesta safra (2016/17) produziu 6,7 milhões de toneladas e consumiu 11,3 milhões, tendo que importar entre 5 e 6 milhões de toneladas.

Como já constatado, o Brasil não é autossuficiente em trigo, então como forte país importador, vem dando preferência ao produto da Argentina e isso se acentuou a partir da constituição do MERCOSUL (1991) e particularmente a partir da sua consolidação como zona de livre comércio (1995) (BRUM; MULLER, 2008).

Além disso, é importante ainda citar que o Brasil passou de quinto a segundo maior importador de trigo nos últimos anos e algumas vezes chegou a ser o primeiro. Seu consumo interno teve crescimento acentuado nos últimos anos e a maioria do trigo que o brasileiro usa na produção de farinhas, massas, pães, bolos e biscoitos é proveniente de outros países.

Dessa forma, a Argentina é o principal provedor de trigo para o mercado brasileiro devido sua qualidade, proximidade geográfica e o fato de integrar o MERCOSUL, condição que lhe garante vantagem de ordem fiscal em relação a outros países fornecedores fora do Bloco. No caso do trigo, a Tarifa Externa Comum acordada é de 10% (CONAB, 2012).

Porém, embora a Argentina permaneça como o grande fornecedor nacional de trigo, em 2013 e 2014 houve uma redução no volume de trigo argentino para exportação, devido às barreiras impostas pelo governo do país, como à adoção de alíquotas mais altas para o trigo e a limitação da cota para a venda do produto a outros países. Conforme a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX, 2014), com a falta de incentivo, os produtores argentinos reduziram a área de plantio, o que provocou efeitos diretos tanto no mercado interno como no mercado brasileiro. A figura 7 apresenta a quantidade total importada pelo Brasil e a comparação com a quantidade oriunda do país Argentino:

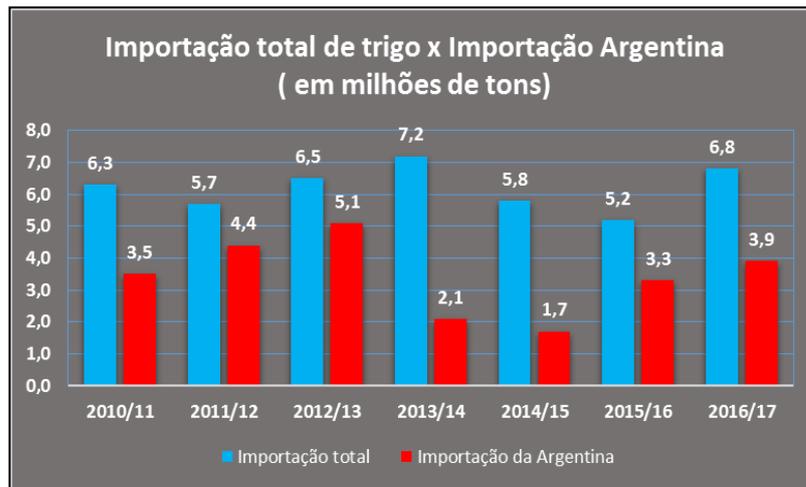


Figura 7: Importação total de trigo x importação de trigo Argentina (2010-2016)
Fonte: elaborado a partir de dados da ABITRIGO/BOLSA DE COMÉRCIO DE ROSÁRIO

Conforme apresentado pela figura 7, pode-se observar que na maioria dos períodos, as importações brasileiras oriundas do país vizinho Argentina, são quase a totalidade do cereal que é importado, se comparadas com as importações totais de todos os países fornecedores de trigo para o Brasil, e isso se dá principalmente pelas facilidades que ambos têm em participar do MERCOSUL.

Após ter perdido o posto para os Estados Unidos em 2014, devido a restrições de embarques impostas pelo governo da ex-presidente Cristina Kirchner, a Argentina se mantém como principal fornecedora para os moinhos brasileiros. As importações em 2016 somaram 3,950 milhões de toneladas e a despesa atingiu US\$ 772,4 milhões (MDIC, 2017).

Porém, as mudanças trazidas pela política econômica do presidente argentino, como a suspensão dos impostos sobre a exportação do cereal e a flexibilização de importações, deram uma guinada nas expectativas dos produtores do país. Neste cenário, o Brasil se reafirma como parceiro estratégico para o setor tritícola argentino.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2016, a Argentina foi o terceiro país de destino das exportações brasileiras e o quarto país de origem das importações. A figura 8 apresenta os maiores importadores de trigo para o Brasil.

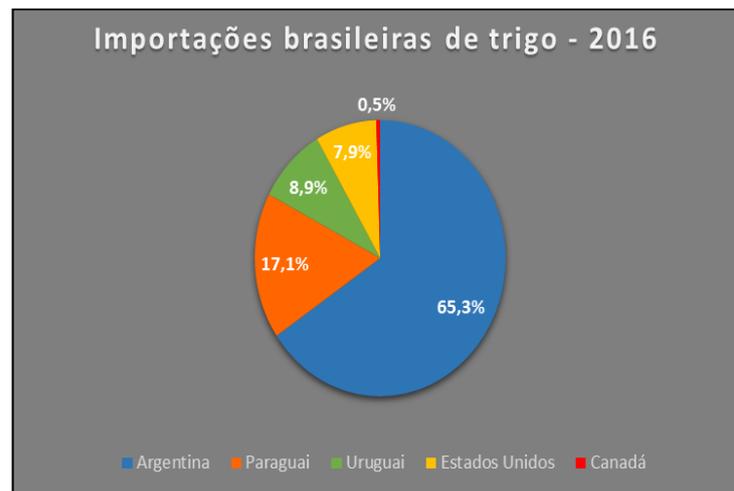


Figura 8: Maiores fornecedores de trigo para o Brasil - 2016
Fonte: elaborado a partir de dados da CONAB (2016)

Assim sendo, visando manter a cooperação entre os países, os presidentes Michel Temer e o argentino Mauricio Macri participaram da 3ª Reunião da Comissão Bilateral de Produção e Comércio, realizada com o objetivo de eliminar os obstáculos, flexibilizando a importação de trigo e suspendendo os impostos, para o incremento do comércio entre eles, de modo a ampliar o fluxo comercial.

Por fim, a nova política governamental trouxe expectativas para a retomada do comércio entre Brasil e Argentina. A parceria entre os dois países pretende mapear a eficiência e a transparência dos procedimentos em vigor no comércio bilateral; elaborar recomendações para facilitar, reduzir prazos e custos no fluxo comercial e intensificar espaços de diálogo entre os governos e os setores privados. Segundo o MDIC, em janeiro deste ano (2017), as exportações brasileiras para a Argentina cresceram 14,1% e as importações brasileiras de produtos argentinos aumentaram 27,1%. Esses aumentos dão uma boa perspectiva de retomada do comércio em função do aumento da atividade das economias dos dois países.

4.3 Aspectos Internacionais do Intercâmbio Comercial do Trigo entre Brasil e Argentina

Este tópico apresenta os principais tratados entre a relação comercial Brasil-Argentina relacionados ao trigo, apresentando de forma mais detalhada o Tratado de Assunção e sua edição nos três protocolos: o de Ouro Preto, o de Brasília e o de Olivos.

O trigo é um dos principais itens na relação comercial entre o Brasil e a Argentina, entre os produtos da agricultura, é o primeiro. Apenas durante certo período, em que o Brasil, sob regime militar, sustentou um programa de autossuficiência no abastecimento deste cereal, a Argentina não foi o maior fornecedor ao mercado interno brasileiro. A dependência do cereal importado é um dos fatos mais interessantes da história da agricultura e do abastecimento brasileiro (ALMEIDA, 2000).

Desde a década de 80 o Brasil vem estreitando as relações comerciais com diversos países, na busca de promover o desenvolvimento interno através da ampliação do acesso ao mercado externo. Após diversas tentativas de integração, criou-se em 1980 a Associação Latino Americana de Integração (ALADI), que incentivava o bilateralismo e a formação de acordos e de cooperação e integração.

Dessa forma, a partir da criação da ALADI, formou-se um novo contexto favorável à integração, onde Brasil e Argentina intensificaram suas relações por meio da Declaração Conjunta de Iguazu. A Declaração de Iguazu, assinada em 30 de novembro de 1985, visava à importância da consolidação democrática e da união de esforços com vistas a defesa de interesses comuns nos foros internacionais (COSTA, 2008). Assim, reafirmando a vontade de aproximação das duas economias, foi criada em 1986 a Comissão Mista de Cooperação e Integração Bilateral, para formular propostas de integração entre Brasil e Argentina (GUERRA, 2013).

Assim, em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que instituíu um espaço econômico comum, no prazo de dez anos. Sua primeira fase buscava a harmonização das políticas aduaneiras, comerciais, agrícolas, industriais e de transporte e comunicação, bem como a coordenação de políticas monetária, fiscal e cambial. Em 06 de julho de 1990, o objetivo de criação de um Mercado Comum foi reafirmado, com assinatura da Ata de Buenos Aires, onde Brasil e Argentina decidem acelerar o processo de integração do

mercado comum, antecipando os prazos estabelecidos no Tratado de 1988 (OLIVEIRA, 1998).

O impacto dessa aceleração levou à adesão de novos parceiros ao contexto da integração, de início o Uruguai e depois o Paraguai, a qual foi pactuada, em 26 de março de 1991, no Tratado de Assunção, conduzindo o comando das relações econômicas do Cone Sul no rumo ao fortalecimento de um bloco de mercado comum regional protegido (OLIVEIRA, 1998). Em suma, o Tratado de Assunção foi editado por três protocolos: o de Ouro Preto, o de Brasília e o de Olivos, que serão apresentados mais detalhadamente nas próximas seções.

4.3.1 Tratado de Assunção

Assinado em 1991 entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, o Tratado de Assunção foi um acontecimento decisivo no processo de integração econômica do MERCOSUL. A principal missão desse tratado era a integração dos quatro Estados Parte por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre eles, onde se estabelece uma tarifa externa comum (TEC) e uma política comercial comum. Os principais objetivos eram promover o comércio intraregional, modernizar a economia local e projetar a região de forma competitiva no mercado internacional (AVERBUG, 2006).

O Tratado de Assunção também implica a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Parte. Para fazer com que o MERCOSUL se tornasse algo efetivo e regulamentado, o Tratado de Assunção destacou os seguintes pontos segundo Averbug (2006, p.8):

- A implementação de uma TEC (Tarifa Externa Comum) com o objetivo de aumentar a competição externa entre os países membro do Mercado Comum;
- O cumprimento de um sistema de liberalização do comércio, que envolvia reduções nas tarifas de modo linear, gradual e automático. Além disso, havia ainda a eliminação de qualquer tipo de restrição relacionada a diferença tarifária ou medidas de equivalência;
- Conexão entre as políticas locais, regionais e macroeconômicas sempre que fosse preciso (AVERBUG, 2006, p. 8).

Na concepção de Gobbo (2003), o Tratado de Assunção visa à inserção competitiva dos quatro países membros num mundo caracterizado pela consolidação de blocos regionais de comércio, no qual a capacitação tecnológica é cada vez mais importante para o progresso

econômico e social, também se refere à viabilização de economias de escala, permitindo a cada um dos países membros, ganhos de produtividade.

Portanto, é importante salientar que alianças estratégicas sempre trazem vantagens por aumentar a competitividade dos países membros e por estabelecer relações privilegiadas entre eles. Enfim, Almeida (2002) cita os princípios definidos no Tratado de Assunção: o princípio da reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados-Membros, o da não discriminação entre eles, o tratamento nacional para produtos provenientes de qualquer Estado-Membro, a transparência na coordenação de políticas nacionais para assegurar condições equitativas de comércio com terceiros e o princípio *pacta sunt servanda*, pelo qual os Estados soberanos que venham a aderir um acordo em direito internacional devem cumpri-lo e acatá-lo.

4.3.2 Protocolo de Brasília/ Tratado de Ouro Preto/ Protocolo de Olivos

O Protocolo de Brasília, firmado em 17 de dezembro de 1991, substituiu o mecanismo de controvérsias inicialmente previsto no Tratado de Assunção e disponibilizou a utilização de meios jurídicos para a solução de eventuais conflitos comerciais, prevendo inclusive o recurso à arbitragem, como forma de assegurar a desejada estabilidade no comércio regional.

Além disso, o Protocolo também definiu prazos, condições de requerer o assessoramento de especialistas, nomeação de árbitros, conteúdo dos laudos arbitrais, notificações, custeio das despesas, entre outras disposições. Segundo o Protocolo de Brasília, permite-se julgar alegações de não cumprimento das normas do MERCOSUL feitas entre governos, ou por um agente privado, que aciona seu Governo e este encaminha o caso ao país objeto da reclamação, desde que considere justa a demanda (MDIC, 2016).

Para Gobbo (2003), o mecanismo do Protocolo de Brasília prevê duas modalidades de solução de litígios: primeiramente, as negociações diplomáticas, no seio das instituições, especialmente, no âmbito do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio. Em segundo lugar, o recurso à arbitragem, através de tribunais *ad hoc*, cujos árbitros são nomeados a partir das listas propostas pelos Estados-Membros.

Por outro lado, em dezembro de 1994, foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, sendo esse adicional ao Tratado de Assunção, no qual estabelece a Estrutura Institucional do MERCOSUL, com funções e atribuições para os seus órgãos. Este foi o instrumento que

dotou o MERCOSUL de personalidade jurídica de direito internacional, possibilitando sua relação como bloco com outros países, blocos econômicos e organismos internacionais (SIMÕES, 2010).

Cabe ressaltar que com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, o MERCOSUL passou a ter uma integração mais cooperativa e consensual, refletindo-se no Protocolo de Defesa da Concorrência firmado entre os Estados-membros em dezembro de 1996, que segundo Gobbo (2003), tem por objetivo a defesa da concorrência no âmbito do MERCOSUL, competindo aos Estados-Partes a sua aplicação.

Posteriormente, em 2004, os protocolos foram aprimorados pelo Protocolo de Olivos, o qual passa a conferir ao Bloco maior segurança política, maior agilidade ao mecanismo, tornando as disposições mais orgânicas, completas e sistematizadas. Este protocolo possibilita uma uniformização de interpretação da normativa MERCOSUL, pela maior estabilidade dos árbitros (MDIC, 2016).

Seu principal objetivo é almejar a evolução do sistema de solução de controvérsias a fim de se buscar a correta interpretação e aplicação dos tratados fundacionais e normas originadas no bloco econômico, pois o desenvolvimento do processo de integração está diretamente ligado à harmonização na aplicação e interpretação das normas advindas do direito de integração (FONTOURA, 2008).

Dessa forma, o Protocolo de Olivos visa garantir a solução de controvérsias que possam vir a surgir de uma forma mais segura, não havendo restrição quanto ao assunto a ser debatido, desde que seja relativo aos seus membros e esteja prescrita no Tratado de Assunção.

Para Fontoura (2008), o Protocolo de Olivos dispõe que os Estados-Membros, numa controvérsia, procurarão resolvê-la, antes de tudo, mediante negociações diretas. Seu novo sistema de solução de controvérsias apresenta avanços significativos em relação à sistemática anterior do Protocolo de Brasília, dentre os quais: A criação de um Tribunal Permanente de Revisão (TPR); A implementação de mecanismos de regulamentação das medidas compensatórias; A criação de normas procedimentais inspiradas no modelo da OMC; A possibilidade de eleição de foro e A possibilidade de Reclamação dos Particulares (FONTOURA, 2008).

Em suma, os protocolos mencionados buscam a solução de controvérsias e de conflitos decorrentes das relações comerciais e econômicas dos países membros do MERCOSUL, julgando o não cumprimento de normas, a fim de manter a harmonia do bloco e a integração dos países, pois a eficácia de uma norma é garantida pela existência de um controle capaz de resguardar seu cumprimento.

4.4 Políticas Brasileiras de Fomento à Cultura do Trigo

Esta seção traz as principais formas de subsídio ao trigo, apresentando as políticas governamentais para fomentar a triticultura, como a contratação de especialistas e instalação de centros de pesquisa específicos para a cultura, à concessão de crédito com menores juros e prazos diferenciados e a Política de Garantia de Preços Mínimos e seus instrumentos que serão apresentadas nas seções seguintes de forma mais detalhada.

4.4.1 Políticas Brasileiras de Subsídio para o Trigo

Inquestionavelmente, o Brasil tem usado cada vez mais o agronegócio como um meio de integração na economia mundial, com isso, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas que visem proteger e fomentar a produção agrícola nacional. No caso do trigo, devido sua importância econômica e como base da alimentação, o governo federal sempre utilizou formas de incentivar sua produção.

Cunha (1960) relata que no Brasil os primeiros posicionamentos oficiais em favor da triticultura surgem por volta de 1819, quando se concedeu o privilégio a Antonio Gustavo Bijuderg para a instalação do primeiro moinho de trigo a vapor, sem prejuízo dos moinhos existentes ou os futuros moinhos movidos à água. No período compreendido entre 1884 e 1888 continuaram as tentativas de fomentar nossa triticultura por meio da importação de sementes, de países, climas e meios diferentes, muito distantes do nosso.

Segundo o autor, em 1890 foram concedidas as primeiras autorizações para instalação de moinhos de trigo e de campo experimental em Minas Gerais, com isenção de fretes e de direitos de importação por dez anos e para três moinhos e campos de cultura no Rio Grande do Sul. Em 1912, o Ministério da Agricultura criou o primeiro Campo Experimental de Trigo

no Rio Grande do Sul e em 1918 dispôs-se a conceder prêmios em máquinas agrícolas aos sindicatos e cooperativas que cultivassem trigo no mesmo ano e no seguinte.

Para Jacobsen (2003), a interferência oficial, na história do trigo, se torna mais aguda com o Decreto-Lei n.º 955 de 15 de dezembro de 1938, obrigando todas as empresas moageiras a adquirir o trigo nacional, em cota nunca inferior a 10% da respectiva moagem, apurada em média anual no último quinquênio. Nenhum moinho poderia comprar trigo estrangeiro sem provar ter adquirido a cota do trigo nacional a que estivesse obrigado. Visando assegurar a colocação do trigo nacional no mercado, até a safra 1955/56 a compra do cereal era compulsória, com atribuição de cotas aos moinhos, que só receberiam o produto importado mais barato depois de comprovada a aquisição total da cota do trigo brasileiro.

É importante destacar que a triticultura brasileira foi marcada pela forte intervenção do governo até 1990, onde vários investimentos foram feitos para incentivar a cultura nesse período, com o objetivo de tornar o país mais competitivo na produção de trigo. Dentre estes investimentos estão a contratação de especialistas estrangeiros, a formação de pessoal, a instalação de centros de pesquisas específicos, além da disponibilização de recursos e políticas agrícolas para o setor de produção e de transformação.

Em razão dos altos custos de armazenamento e conservação do produto, o segmento continua contando com importantes iniciativas governamentais, que visam estimular os produtores e dar-lhes algumas garantias, sendo que a maior parte dessas iniciativas não se restringe à cultura do trigo e aplica-se a diversos produtos agrícolas. O governo federal sempre que necessita intervém na comercialização do trigo nacional, conforme as circunstâncias de mercado, para garantir os preços mínimos oficiais (CUNHA; TROMBINI, 1999).

Cunha e Trombini (1999) citam que dentre as políticas adotadas pelo governo como fomento para o trigo está a Política Geral de Crédito Rural, entendida como um mecanismo de concessão de crédito à agropecuária com taxa de juros e condições de pagamentos diferenciadas, constituindo um dos principais instrumentos de apoio ao setor.

Bacha e Silva (2005) separam em três grandes períodos a evolução da política de crédito rural no Brasil. O primeiro período, de 1970 a 1980, é caracterizado por montantes anuais crescentes de empréstimos a taxas de juros subsidiadas, tendo os recursos do Tesouro Nacional como principais fontes de financiamento de crédito rural. O segundo período, de

1981 até 1996, caracteriza-se pelo aumento da taxa de juros reais, que passa a ser predominantemente positiva nos anos 90, e uma redução no volume de crédito, onde a poupança rural passou a ser o principal mecanismo de financiamentos agrícolas.

A partir de 1997, quando se inicia o terceiro período, o volume de crédito voltou a aumentar e as razões para este aumento foram a introdução de novos instrumentos privados para o financiamento agrícola, a implantação do sistema de equalização dos juros por parte do Tesouro Nacional e a criação de linhas de crédito específicas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BACHA; SILVA, 2005).

Outra política adotada pelo governo brasileiro foi a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que é uma importante ferramenta para garantir renda ao produtor rural e oferta de produção para a sociedade, tendo como objetivo principal proteger a renda do setor agrícola, aumentar a produção e eliminar o risco de preço. Esses preços mínimos não são estabelecidos com grande periodicidade e levam em consideração os preços do trigo argentino pela sua importância no mercado interno. Em muitos períodos, ficam até acima do valor internacional, principalmente em momentos em que a moeda brasileira está valorizada (BNDES, 2011).

Os preços mínimos são estratificados por qualidade e por região de produção, sendo essa também uma forma de o Estado incentivar a produção nessa região. Segundo Del Bel Filho e Bacha (2005), os instrumentos tradicionais pelos quais a PGPM era executada até 1996 foram as Aquisições do Governo Federal (AGF), que é um procedimento pelo qual o governo federal se compromete a adquirir um produto pelo seu preço mínimo e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), que é um instrumento pelo qual o governo federal financia o estoque do produtor durante a safra.

Cabe salientar que em 1997 outros instrumentos de garantia de preços mínimos foram implementados, dentre eles, o Prêmio de escoamento de Produto (PEP) e o Contrato de Opções de Venda de Produtos Agrícolas (COVPA). Para Del Bel Filho e Bacha (2005), o PEP é um prêmio concedido àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural, pelo preço mínimo, promovendo o seu escoamento de uma região com excesso de oferta de produto para outra região de consumo previamente estabelecida onde há escassez.

Conforme os autores, o Contrato de Opções de Venda de Produtos Agrícolas (COVPA), é uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural o direito, mas não a obrigação, de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O COVPA serve para proteger o produtor rural e/ou sua cooperativa contra os riscos de queda nos preços.

Além do PEP e do COVPA, o governo federal criou em 2004 o Prêmio de Risco para Aquisição do Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de opção de Venda (PROP) e em 2006 o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO). O PROP é um prêmio concedido em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de contrato privado de opção de venda (DEL BEL FILHO; BACHA, 2005).

O PROP é lançado quando o preço do mercado está abaixo do preço mínimo, para garantir a renda do produtor. O PEPRO é um prêmio concedido ao produtor rural que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal e o valor do prêmio equalizador arrematado em leilão.

Além dessas políticas, o governo adota a política de abastecimento, que visa garantir a segurança alimentar das grandes cidades e dos problemas de abastecimento associados à questão da oferta e distribuição dos alimentos e administração de estoques reguladores (BNDES, 2011).

Em síntese, cabe destacar que sempre houve alguma forma de incentivo à produção do trigo, principalmente entre 1930 e 1990, onde vultosos investimentos por parte do governo foram concedidos para aumentar a produtividade do cereal. Contudo, após este período, a retirada do apoio governamental a esta cultura prejudicou os produtores e tornou o setor enfraquecido. Desde então, alguns instrumentos de políticas públicas que visam incentivar a produção do trigo são implantados, no entanto, é importante que essas políticas estimulem a produção competitiva e sustentável do cereal, sem todo aquele protecionismo que prejudicou o desenvolvimento do setor tritícola por muitos anos.

4.4.2 Prêmio para Escoamento de Produto (PEP)

O PEP foi implementado em 1996 para substituir as Aquisições do Governo Federal (AGF) e o problema de acúmulo de estoques governamentais. Este novo instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é utilizado quando o preço do produto no mercado está abaixo do preço mínimo determinado pelo governo.

Este instrumento, trata-se de uma subvenção ao escoamento de produtos agrícolas, em que o governo paga um prêmio ao comprador que garantir ao produtor rural pelo menos o preço mínimo do produto. Cabe ao governo estabelecer os períodos de compra, os volumes e os locais no qual o trigo será comercializado, dessa forma, ocorre uma distribuição mais equilibrada do produto, abastecendo regiões deficitárias, além de incentivar a aquisição de trigo nacional e a renda mínima do produtor (BNDES, 2011).

De acordo com Buainain e Souza Filho (2008), o objetivo do PEP é proporcionar um preço de referência ao produtor e às cooperativas, contribuindo para garantir o abastecimento doméstico. A diferença entre o PEP e a AGF está na forma de subvenção do governo, onde no PEP, ele participa por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do pagamento de um “prêmio” aos agentes de mercado, cujo valor é fixado em leilão, que representa a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo.

Logo, uma determinada quantidade de lotes de produto (com seus proprietários identificados) é oferecida para o leilão com um prêmio máximo que o governo se dispõe a aceitar e o negócio é concluído para aquele comprador que ofertar o menor prêmio. Conforme os autores, no final da operação, o produtor recebe o preço mínimo e o comprador efetua o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o prêmio pelo qual arrematou o produto.

Em síntese, pode-se citar que o principal objetivo do PEP é garantir um preço de referência ao mesmo tempo que tenta assegurar o escoamento da produção. Segundo a CONAB (2012), a determinação do produto e do momento de realizar o leilão é condicionada pela comercialização e pela garantia de preço de referência (CONAB, 2012).

4.4.3 Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP)

O PROP, criado em fevereiro de 2005 é uma subvenção econômica concedida ao segmento consumidor, que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas pelo preço máximo e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo através do lançamento, em leilão privado, de um contrato privado de opção de venda (CONAB, 2008).

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2008), para garantir a renda do produtor, o governo lança o PROP quando o preço do mercado está abaixo do preço mínimo e assim, a operacionalização deste ocorre por meio de dois leilões: No primeiro deles, o prêmio a ser recebido pelo programa não é fixo e o governo estabelece o valor máximo do prêmio de risco, criando uma disputa entre os arrematantes, vencendo aquele que cotar o menor valor. No segundo, são lançados os contratos privados, com a participação dos produtores e/ou da cooperativa que possa pagar ao lançador do contrato o valor do prêmio, arcando com as despesas.

Dentre as vantagens desse instrumento, a CONAB (2008) cita que este facilita as compras antecipadas do produto; reduz a pressão sobre o orçamento das operações oficiais de crédito; aproxima o produtor rural e o consumidor na cadeia produtiva; amplia o volume da produção amparada com seguro de preço; estimula a produção de produtos agrícolas para atender ao consumo interno e às exportações e não exige armazém credenciado, pois quem define o armazém para entrega é o arrematante do prêmio.

Em suma, pode-se citar como maiores vantagens nesse instrumento de subvenção, a garantia do governo no preço mínimo sem formar estoques e o estímulo no mercado ao definir regiões para ofertar seu produto, procurando regulá-lo.

4.4.4 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO)

O Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) é uma subvenção econômica concedida pelo Governo ao produtor quando o valor de sua mercadoria agrícola está abaixo do valor de referência estipulado pelo Governo Federal (preço mínimo). Essa diferença entre

o preço mínimo e o valor de mercado, subsidiado pelo Governo, chama-se prêmio (CONAB, 2012).

Lançado em 2006, seu objetivo é reduzir a oferta do produto no mercado a fim de aumentar seu valor e melhorar a renda do produtor rural. O PEPRO é feito em leilões porque a CONAB não tem recursos para atender todos os interessados, que aumentam em épocas de preços retraídos. De acordo com a oferta, a CONAB vai reduzindo o valor do prêmio até que se chegue a uma margem que o Governo possa cobrir. O valor do prêmio pode ser fixo ou ajustado de acordo com as oscilações do mercado (TORRES, 2007).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) negociou a aplicação de até R\$150 milhões para atender as operações de leilões de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO) e Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), objetivando apoiar a comercialização de trigo da safra 2016/17.

Segundo a CONAB (2016), o volume global ofertado de trigo nos leilões (2016/17) foi de 2.259.000 toneladas, correspondendo a 33,5% da safra nacional de 6.726.800 toneladas. O volume oferecido para intervenção via instrumento de PEPRO representou 70,2% e via PEP 29,8% do total. A comercialização via PEP totalizou 111.591 toneladas, ou seja, 11,7% do volume negociado e 753.435 toneladas via PEPRO, excluindo 93.275 toneladas de desobrigação.

Por fim, é possível perceber a importância dos instrumentos de garantia de preços mínimos para reduzir possíveis prejuízos devido à queda dos preços e também para o escoamento da safra, pois os produtos agrícolas estão expostos a diversos riscos e incertezas, que impactam diretamente nos custos de produção e na lucratividade dos negócios.

4.5 Principais Entraves e Gargalos Enfrentados pela Cadeia de Trigo Brasileira

Este tópico apresenta as maiores dificuldades que o setor tritícola brasileiro vem enfrentando ao longo de sua cadeia produtiva, trazendo os problemas logísticos, a escassez de silos para armazenagem e as incertezas climáticas que acabam tornando o setor pouco eficiente e afetando a competitividade do cereal proveniente do nosso país. Os tópicos seguintes trazem uma breve apresentação dos tipos de impostos de importação e de exportação e das tarifas alfandegárias sobre a importação do trigo argentino.

Muito se tem comentado sobre a competitividade dos sistemas produtivos brasileiros, desde a unidade de produção rural e seus fornecedores de insumos até a distribuição de produtos para os compradores finais de alimentos. Pode ser presenciado um progresso muito significativo no desenvolvimento e na disseminação de novas técnicas de produção fazendo com que muitos produtores brasileiros sejam bastante competitivos dentro do limite de sua propriedade, no entanto, as commodities perdem competitividade ao longo de sua cadeia agroindustrial (CONAB, 2017).

Apesar da grande extensão de suas terras e de potencial produtivo elevado, além de pesquisas já existentes para a melhoria genética, o trigo brasileiro enfrenta problemas básicos que dificultam a sua autossuficiência. Estes problemas são de produção e de distribuição e envolvem uma série de fatores (tanto de ordem econômica, quanto de ordem política) (GARCIA, 2011).

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2011), o trigo é uma cultura muito frágil e vulnerável a mudanças climáticas, onde as variações da umidade relativa do ar, precipitações próximas ao período de colheita, geada, chuva de granizo, temperaturas máximas e mínimas, radiação solar, excesso ou déficit hídrico do solo são fatores determinantes para o desenvolvimento da cultivar.

Cabe salientar que o trigo tem sua maior produção na Região Sul do Brasil, onde há um clima mais apropriado, que conta com temperaturas mais amenas para esse cultivo, contudo, essa região sofre com as geadas que podem comprometer as safras. Outro importante fator que limita a produção brasileira é a fertilidade do solo, pois para que o solo se torne mais fértil é necessário um consumo maior de fertilizantes, o que traz um dos maiores custos da produção do cereal.

Com custos mais altos, o trigo nacional perde competitividade em relação ao argentino, que possui um solo bem mais fértil e um clima bem mais adequado para esse cultivo. A infraestrutura logística brasileira também é pouco eficiente, pois a malha de transportes e a capacidade de armazenagem são insuficientes para atender as necessidades do setor produtivo (BNDES, 2011).

Mendes (2013) cita que devido a suas características continentais brasileiras, o escoamento da produção reflete significativamente no preço final das commodities agrícolas e no preço dos alimentos. O transporte é a atividade responsável pelos fluxos de insumos,

matéria-prima e produtos acabados entre todos os elos da cadeia de suprimento e a alta complexidade gerencial, a intensa utilização e um grande deslocamento físico de produtos tornam o transporte a maior conta individual de custos logísticos.

A logística de transporte tem se tornado cada vez mais importante no contexto mundial de globalização com o mundo completamente integrado e sem fronteiras, no entanto, segundo o BNDES (2011), o transporte rodoviário no Brasil que concentra o maior volume transportado com relação a outros modais, possui apenas 10% do seu total pavimentado, se tornando insuficiente quando se leva em consideração que 65% de todas as cargas são movimentadas através dessas vias.

Apesar das deficiências, este é o modal mais utilizado para o transporte de trigo no Brasil, respondendo por aproximadamente 90% da movimentação do cereal, mesmo considerado o menos econômico. Para Bahia, et. al. (2007) os custos do transporte de mercadoria são elevados devido à concentração no modal rodoviário e à falta de investimentos suficientes para manter e expandir os sistemas de transportes em níveis adequados a demanda sempre crescente. Os elevados custos de transporte refletem negativamente nos preços recebidos pelos produtores, principalmente para aqueles localizados em regiões distantes dos portos.

Vale ressaltar ainda que as rodovias brasileiras (a terceira maior malha rodoviária do mundo), possuem intensa utilização e recebem pouca manutenção, sendo este é um dos motivos da malha rodoviária brasileira se encontrar em condições precárias de tráfego. As condições de nossas rodovias tornam mais caro e inseguro o transporte de mercadorias. Para Mendes (2013), isso se dá devido ao alto custo de manutenção, de combustíveis, pedágios e a falta de segurança do transporte pela existência de roubos de cargas. Os custos são altos para levar baixa capacidade de carga a grandes distâncias.

A logística de transportes disponível para a movimentação das cargas agrícolas até os portos exportadores rouba a competitividade dos produtos frente aos mercados internacionais, e o país fica atrás de seus concorrentes mais próximos, Estados Unidos e a Argentina. Os gargalos logísticos são existentes em todas as etapas de escoamento de produtos no Brasil, desde a armazenagem até o porto exportador (SOUZA, 2010).

Segundo Salum (2010), o desenvolvimento logístico brasileiro é algo recente e o país ainda se encontra em processo de aprendizagem. Os principais entraves são a ausência de

políticas que sincronizem as ações governamentais e de iniciativa privada, a precariedade da infraestrutura de armazéns e dos modais de transportes, a falta de profissionais especializados na área logística e a burocracia.

Já o trigo importado tem os portos como principal ponto de entrada, o que seria a forma mais adequada de transporte. Os principais portos para o setor são os de Santos (30%), Rio de Janeiro (17%) e Fortaleza (13%). O transporte de mercadorias por via marítima tem as seguintes vantagens: maior capacidade de carga; menor custo de transporte e maior competitividade, no entanto, o sistema de gestão dos portos ainda é muito centralizado e burocrático, o que sobrecarrega os custos das operações portuárias (BNDES, 2011).

Além disso, em virtude dos problemas decorrentes de falta de investimento em infraestrutura, as restrições de acesso terrestre (rodoviário e ferroviário) provocam frequentes congestionamentos nos portos (BNDES, 2011). A competitividade da Argentina se dá não somente pela proximidade, como também pelas condições das operações portuárias que proporcionam que o frete seja reduzido.

Outro problema que afeta a produção tritícola brasileira é a capacidade de armazenagem. O armazenamento do trigo é um fator de competitividade para produtores e cooperativas, pois os armazéns permitem a preservação da qualidade do produto, evitando a exposição à umidade e o ataque de insetos, que podem inviabilizar o uso dos grãos. Conforme a CONAB (2017), os armazéns agrícolas exercem atividades de recebimento, movimentação, guarda, separação e expedição, além de processamentos relativos a secagem e pré limpeza e tratamento fitossanitário.

No Brasil, onde o trigo é produzido em sistema de rotação de culturas, sua estocagem é feita nas mesmas estruturas utilizadas para outras lavouras, onde há depositados nos armazéns e silos, excedentes não comercializados de outras safras. Há casos em que a produção de trigo fica armazenada por até três safras, disputando espaço com a soja e o milho, em outros casos a falta de espaço obriga o produtor a comercializar a produção rapidamente, em uma situação de mercado que nem sempre lhe é vantajosa (BNDES, 2011).

A tabela 10 mostra como a capacidade de armazenagem brasileira é deficitária em relação à produção agrícola nacional:

Tabela 10 - Capacidade de armazenagem por safra agrícola (em milhões de tons)

Estado	Capacidade total	Produção total (*)	Saldo
RS	28.621	31.620	-2.999
SC	5.270	6.428	-1.158
PR	29.667	37.659	-7.992
Região Sul	63.558	75.707	-12.149
Brasil	161.389	207.770	-46.381

Legenda: () Produção: amendoim, soja, milho, trigo, arroz, aveia, feijão, cevada e girassol*

Fonte: adaptado de CONAB (2017)

Conforme exibido na tabela 10, existe no Brasil uma insuficiência de espaço para guarda de grãos superior a 46 milhões de toneladas. A Região Sul, principal produtora de trigo, entre outros produtos como arroz, milho, soja e cevada, apresenta um déficit de capacidade de armazenagem na ordem de 12 milhões de toneladas. Os dados dos maiores estados produtores de trigo no país demonstram a falta de capacidade de armazenamento nos silos, com uma produção de grãos muito acima da capacidade total de armazenagem.

O trigo tem comportamento de preços extremamente dependentes do mercado externo com dois agravantes, o primeiro é que metade do abastecimento do Brasil é realizado por importações e o segundo está relacionado à falta de capacidade de armazenagem, que obriga o produtor a escoar sua produção no momento da colheita da safra, pressionando os preços do trigo (CONAB, 2017).

Além da deficiência da capacidade de armazenagem estática total, os armazéns distribuídos pelo país são poucos, conforme apresenta a tabela 11:

Tabela 11 - Número de unidades armazenadoras por região

Região	Armazéns
Norte	486
Nordeste	1.274
Centro-Oeste	4.056
Sudeste	2.787
Sul	8.913
Brasil	17.516

Fonte: adaptado de CONAB (2017)

Todos esses problemas associados à conjuntura trouxeram grandes perdas para o setor tríticola brasileiro. O Brasil conta com um total de 17.516 unidades armazenadoras, com capacidade de armazenar 150 milhões de toneladas de grãos, destes, 2,67% armazenam na rede oficial, 17,10% em cooperativas e 80,24% são armazéns privados.

Na tabela 11, é possível analisar que na Região Sul, os 3 maiores estados produtores de trigo possuem juntos apenas 8.913 unidades armazenadoras de grãos. O crescimento da produção brasileira de grãos nos últimos anos indica a necessidade de uma nova forma de armazenagem, que seja compatível com o crescimento da agricultura nacional.

Em suma, este estudo constatou que a cadeia de trigo brasileira enfrenta obstáculos que a tornam pouco competitiva em relação a outros países produtores. Problemas enfrentados desde intempéries climáticas até a logística de transportes e armazenagem trazem uma cadeia desestruturada que enfrenta preços baixos, importações constantes e falta de estímulo por parte dos produtores. Por certo, a crescente participação Argentina na oferta externa do cereal se dá principalmente pelos seus ganhos de competitividade em comparação com o Brasil.

4.5.1 Imposto Sobre Importação e Exportação

Os impostos de importação e de exportação têm função extrafiscal e influenciam a política econômica com forte vinculação ao câmbio e ao incentivo e desincentivo da indústria nacional. Dentro do MERCOSUL, as importações de trigo são feitas com isenção de impostos, o que resulta em menores custos para a indústria, enquanto compras extrabloco comercial pagam a chamada Tarifa Externa Comum (TEC), de 10%, exceto quando o governo isenta os negócios da taxa com o objetivo de evitar impacto na inflação (ABITRIGO, 2014).

Então, o trigo brasileiro é importado preferencialmente dos países membros do MERCOSUL, principalmente pela redução de custos devido a isenção tarifária intrabloco, entretanto, em períodos onde estes países possuem pouca disponibilidade de oferta e o trigo é insuficiente para atender a demanda, o Brasil, que importa 50% de seu consumo, busca alternativas em outros exportadores.

Por exemplo, em 2007, o Brasil importou 6,6 milhões de toneladas, sendo 5,6 milhões de toneladas da Argentina. O volume importado do país vizinho só não foi maior devido a restrições do governo argentino, que buscou preservar a oferta no mercado interno. Dos EUA e do Canadá, mesmo pagando a tarifa de 10%, o Brasil importou aproximadamente 700 mil toneladas em 2007 (CONAB, 2008).

Já em 2013, após uma safra prejudicada por geadas em partes do país e com restrições Argentinas à importação, o Brasil teve os Estados Unidos como o principal fornecedor,

comprando cerca de 4 milhões de toneladas de trigo com isenção da TEC para garantir o abastecimento interno. Em 2015, com a melhora da safra Argentina e a retirada às restrições pelo novo presidente do país, o Brasil volta a dar preferência ao trigo vindo do MERCOSUL, pagando a tarifa de 10% para países extrabloco para então garantir o abastecimento no mercado interno quando os países do MERCOSUL estão em período de entressafra (ABITRIGO, 2016).

Em síntese, há uma vantagem muito maior na compra de trigo dentro do bloco MERCOSUL, mesmo que a qualidade do grão seja inferior ao dos Estados Unidos e Canadá, pois a isenção de tarifas garante melhores preços para o Brasil manter o abastecimento interno.

4.5.2 Tarifas Alfandegárias de Importação do Trigo Argentino

A incidência de impostos e subsídios sobre os alimentos pode influenciar o mercado alimentar. Uma abertura econômica reduzindo impostos de importação bem como uma redução de subsídios pode influenciar variáveis da demanda e oferta dos alimentos. O Brasil em 1988 quase atingiu a autossuficiência na produção de trigo, mas a partir de 1990 reiniciou um processo de aumento nas importações do cereal, devido a queda dos subsídios e impostos de importação que facilitou a entrada de trigo e derivados oriundos de outros países (CORTE et. al., 2015).

Após a queda dos subsídios para a produção interna de trigo e abertura econômica, é observada uma dependência externa do Brasil em relação às importações do cereal. Em relação ao trigo importado, a maior fornecedora para o Brasil é a Argentina, que em 2016, respondeu por 65% do total das importações de trigo brasileira. Este fato pode ser explicado em parte pela diferença de impostos de importação que incidem sobre o trigo no Brasil.

Segundo Corte et. al. (2015), o Brasil, ao ingressar no MERCOSUL, possibilitou a importação de produtos sem restrições tarifárias, o que colocou o trigo brasileiro e seus derivados em confronto direto com o competitivo concorrente argentino, possibilitando a compra de trigo da Argentina sem nenhuma tarifa.

Por fim, esta seção demonstra o motivo da preferência brasileira pelo trigo argentino, que com melhores preços e maiores facilidades se torna muito mais competitivo, razão esta que desestimula o produtor e favorece as importações.

Este capítulo trouxe dados que possibilitaram uma maior compreensão da quantidade de trigo consumida e produzida no Brasil e na Argentina, dos preços pagos e custos, das formas de incentivo por parte do governo brasileiro e das maiores dificuldades que o Brasil tem para este cultivo, além das facilidades que se encontram na importação deste cereal o que justifica a preferência pelo trigo argentino, fator que cada vez mais desmotiva os produtores e enfraquece o setor. O capítulo a seguir traz as considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trigo é considerado um alimento de grande importância para a humanidade, sendo matéria prima utilizada na elaboração de diversos produtos. Como cultura de inverno reduz custos de fertilizantes pela cobertura de solos, movimentando a entressafra ocupando a mão-de-obra e o maquinário ocioso e gera uma renda extra ao produtor, no entanto, o que tem chamado a atenção é o fato de que em nenhum momento da história o Brasil foi autossuficiente em trigo, trazendo a dependência externa deste cereal como uma marca para o país.

Após a saída definitiva da intervenção governamental de 1990, o setor do trigo passou a ser regido pelas leis do mercado e os produtores brasileiros se viram prejudicados pela abertura comercial que rompeu barreiras entre os países membros, cortando os impostos de importação e facilitando a entrada do trigo proveniente de outros países.

A cadeia produtiva do trigo no Brasil desempenha papel fundamental, sua importância inicia ainda na preparação do solo para plantio, que movimentando o setor de fertilizantes e insumos, passando pela produção e pelos moinhos que beneficiam o trigo até a distribuição dos produtos finais, que estimulam a economia do país, criando empregos e gerando renda. É muito importante a relação entre todos os elos desta cadeia, pois cada um deles determina o desempenho final.

Conforme Rossi e Neves (2004), a cultura do trigo já ocupou posição de destaque na agricultura brasileira em períodos anteriores, todavia, problemas de políticas públicas e de má coordenação da cadeia acabaram por desestimular os agricultores. Com uma cadeia desestruturada e pouco incentivo por parte do governo, a área plantada evoluiu pouco frente ao desestímulo do produtor, principalmente pelo baixo preço da saca vendida que já não cobre mais o custo, fazendo com que as importações brasileiras deste cereal passassem a ocupar um lugar de destaque, levando o país a ser o segundo maior importador de trigo no mundo.

Com a criação do MERCOSUL, os países membros se beneficiaram com a comercialização de vários produtos na zona de livre comércio e a importação do trigo teve maior facilidade principalmente pela isenção tarifária, onde o Brasil encontrou na Argentina a opção mais viável para suprir a necessidade interna do cereal. Como uma base de apoio para a competição dos países no mercado internacional, o MERCOSUL trouxe avanços econômicos

assegurando cada vez mais a estabilidade e o crescimento da economia, fortalecendo e proporcionando ganho em todas as áreas, através de vantagens como a redução tarifária para uma maior integração intrabloco.

Cabe ressaltar, que além da facilidade de importação, o produto proveniente da Argentina, principal importador de trigo para o Brasil, é muito mais competitivo pelo preço e pela facilidade com que chega ao nosso país. Com condições climáticas favoráveis e um dos solos mais férteis do mundo, o trigo argentino é produzido a menores custos e com melhor qualidade, o que inviabiliza ainda mais o cultivo do trigo nacional, tornando a importação a melhor estratégia para atendimento das necessidades internas. Diante disto, neste estudo buscou-se analisar o motivo da falta de autossuficiência que faz com que o Brasil dependa da importação e o porquê da opção pela Argentina.

Pode-se observar neste estudo, que um dos grandes problemas encontrados na produção tritícola nacional é o desestímulo ao plantio, pois além de condições climáticas desfavoráveis, que interferem tanto na produtividade como na qualidade do trigo, a falta de incentivo governamental e os altos custos enfrentados pelo setor fazem com que a produção brasileira diminua e as importações aumentem.

O Brasil tem nos fertilizantes e insumos seu principal custo de produção, além disso os altos custos de seguro agrícola existentes, a precariedade da logística e infraestrutura de armazenagem e transporte associados à alta tributação completam o problema nacional. Problemas enfrentados desde intempéries climáticas até a logística de transportes e armazenagem trazem uma cadeia desestruturada que enfrenta preços baixos, importações constantes e falta de estímulo por parte dos produtores.

Mesmo com uma extensa costa e com um grande volume de cargas movimentadas no Brasil, o modal de transporte mais utilizado para o trigo é o rodoviário, onde o cereal é transportado pelo país através de caminhões, que geram altos custos de combustíveis, pagam pedágios e circulam em rodovias precárias e inseguras. A atividade de transporte hidroviário e de cabotagem se dá principalmente ao transporte de petróleo e minério, não sendo utilizada para transporte agrícola pela pouca disponibilidade de navios e pela própria falta de estímulo a utilização desse modal.

Nos silos de armazenagem, o trigo disputa lugar com o excedente de outras safras, fazendo com que na maioria das vezes por falta de espaço, o produtor se obrigue a escoar sua

produção por preços que não lhe conferem vantagem. Impostos na cadeia (IPI, ICMS, PIS, COFINS, etc...) encarecem o custo de produção, diminuindo a competitividade com os demais países do MERCOSUL.

Após a Revolução de 1930 no Brasil, uma das principais preocupações do governo foi a concessão de incentivos para aumentar a produtividade do trigo, entretanto pouco foi feito, principalmente em relação às pesquisas pois a ferrugem acabou por dizimar os triguais no país. Até 1990, investimentos estatais vultosos foram feitos para aumentar esta produção, porém com a retirada deste apoio, os investimentos no produtor do cereal foram cada vez menores.

Desde então, o governo brasileiro vem fomentando o cultivo através do fornecimento de crédito a juros mais baixos e de instrumentos que garantam preços mínimos e escoamento do produto, todavia, os incentivos são poucos comparados com as dificuldades enfrentadas pelo setor tritícola. É possível perceber a importância dos instrumentos de garantia de preços mínimos para reduzir possíveis prejuízos devido à queda dos preços e também para o escoamento da safra, pois os produtos agrícolas estão expostos a diversos riscos e incertezas, que impactam diretamente nos custos de produção e na lucratividade dos negócios.

Na análise dos aspectos que impactam a competitividade da cadeia produtiva do trigo no Brasil, constatou-se neste estudo que a Argentina, nosso principal fornecedor, além das excelentes condições edafoclimáticas e de solo, o país não tributa insumos e combustíveis, o que reduz muito os custos de produção do país vizinho. Atualmente o país suspendeu os impostos sobre a exportação do cereal e flexibilizou as importações, o que motivou os produtores.

Mesmo com uma redução no comércio exterior entre Brasil e Argentina devido principalmente às barreiras impostas aos produtos importados e a contração do comércio, a nova política governamental trouxe expectativas, onde a parceria entre os dois países pretende mapear a eficiência e a transparência dos procedimentos em vigor no comércio bilateral; elaborar recomendações para facilitar, reduzir prazos e custos no fluxo comercial e intensificar espaços de diálogo entre os governos e os setores privados.

Com uma produção muito além de seu consumo, o trigo argentino chega mais rápido e barato ao Brasil, por isso no nosso país o trigo está sendo cultivado apenas como opção para cobrir a terra, sendo hoje o principal motivo de plantar o cereal. Cerca de 95% dos produtores

plantam somente para aproveitar a rotação de culturas e diluir os custos fixos das safras de verão.

Como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é de responsabilidade da Conab, sendo a companhia a responsável pela sua execução, onde sua atuação ocorre através de Aquisição do Governo Federal (AGF), instrumento este capaz de equilibrar a renda dos produtores rurais, da agricultura familiar e das cooperativas, assim fazendo frente às oscilações de preços do mercado. Isso significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e efetuar a venda na hora correta para a regularização do mercado consumidor, assim atenuando o impacto da elevação dos preços ao consumidor.

Por fim pode-se concluir que a dependência brasileira do trigo importado passou a ser um fator primordial para atendimento da demanda interna. A Argentina é a principal fornecedora do cereal para Brasil, devido ao excedente interno, ao menor custo de produção e das menores tarifas, favorecidas pelos acordos do MERCOSUL. Há uma vantagem muito maior na compra de trigo dentro do bloco MERCOSUL, mesmo que a qualidade do grão seja inferior ao dos Estados Unidos e Canadá, pois a isenção de tarifas garante melhores preços para o Brasil manter o abastecimento interno.

O trigo pode ser uma cultura com grande potencial de autossuficiência, pois o Brasil possui tecnologia que viabiliza estabilidade de rendimento em anos ruins e o incremento destes em anos favoráveis, experiência nesse cultivo, incentivos de pesquisas constantes para aperfeiçoamento e melhora da qualidade, temos no Sul do país possibilidade de cultivo o ano todo sem limitações hídricas e a existência de várias áreas ociosas no inverno que poderiam ser ocupadas com trigo, sem contar a evolução crescente da demanda, que justifica futuros investimentos, entretanto, ainda falta uma política que proteja a cultura e permita que ela se desenvolva de maneira sustentável, com redução de impostos e estímulos a produção.

REFERENCIAS

- AGÊNCIA EMBRAPA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA – AGEITEC. Disponível em <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONT000fy779fnk02wx5ok0pvo4k3s932q7k.html>. Acesso: 05 abr. 2017.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. **Relações Internacionais Contemporâneas: a ordem mundial depois da guerra fria**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ALMEIDA, F. R. de F. **As negociações comerciais e políticas referentes ao trigo nas relações entre o Brasil e a Argentina**. Faculdade Moraes Júnior: Rio de Janeiro, 2000.
- ALMEIDA, E. A. P. de. **Mercosul & União Europeia: estrutura jurídico-institucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- AVERBUG, A. Mercosul: Conjunturas e perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro. v.10, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE TRIGO – ABITRIGO. **Estatísticas. Importação e Exportação**. Disponível em: http://www.abitrigo.com.br/pdf/suprimento_e_uso_de_trigo.pdf. Acesso: 28 mar. 2017.
- _____. **Argentina aumenta estimativa de safra de trigo, aumenta área de milho e diminui de soja**. Disponível em <http://www.abitrigo.com.br/noticias-detalle.php?c=NDEw>. Acesso: 15 mar. 2017.
- BACHA, C. J. C; SILVA, G. S. Instrumentos Privados do Agronegócio. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, n. 9/10, v. 25, 2005.
- BALBÉ, F. F.; MACHADO, T. A. **O MERCOSUL como experiência de integração econômica: avaliações e perspectivas** In: Encontro de Economia Catarinense, II., Chapecó, 2008.
- BAHIA, P. Q. et. al. **Logística do Transporte de Soja para Exportação: caso do Estado do Mato-Grosso**. XXXI Encontro da ANPAD – EnANPAD. Rio de Janeiro-RJ. 22 a 26 de setembro, 2007. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GOL-B517.pdf>. Acesso: 25 abr. 2017.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1602/1/A%20BS%2034%20Panorama%20das%20importa%C3%A7%C3%B5es%20de%20trigo%20no%20Brasil_P.pdf. Acesso: 20 mar. 2017.
- BEÇAK, P. **MERCOSUL: uma experiência de integração regional**. São Paulo: Contexto, 2000. 111p.
- BOLSA DE COMÉRCIO DE ROSÁRIO. **Anuário Estatístico**. Disponível em <https://www.bcr.com.ar/Publicaciones/Anuario%20Estad%C3%ADstico/Anuario2015.pdf>. Acesso: 17 abr. 2017.

BRASIL. Decreto Lei nº 210 de 27 de fevereiro de 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0210.htm. Acesso: 12 abr. 2017.

BRASIL. MERCADO COMUM DO SUL. **MERCOSUL**. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso: 26 mar. 2016.

BRUM, A. L. MÜLLER, P. K. **O comércio internacional e a cadeia produtiva do trigo no Brasil**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), 2008. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m06t02.pdf>. Acesso: 06 abr. 2017.

BRUM, A. L. et. al. **A competitividade do trigo brasileiro diante da concorrência argentina**. UNIJUI, 2003.

BUAINAIN, A. M. SOUSA FILHO, H. M. de. A política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos. In: BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. v.1, 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007. p.302 – 362.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 48, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292005000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso: 31 set. 2016.

CANDIANI, H. R. **Medo da Ásia. Global: Comércio Exterior e Transporte**, São Paulo: UPDATE, ano 1, n. 10, out. 1998.

CARDOSO, R. D. **Uma análise do fluxo de comércio intrarregional no Mercosul utilizando um modelo gravitacional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **Preços do Trigo**. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/trigo.aspx>. Acesso: 20 abr. 2017.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLLE, C. A. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil: contribuição para geração de emprego e renda**. Dissertação (Mestrado). UFRGS, Porto Alegre, 1998.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - (CONAB). **Levantamentos de Safra**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=2>>. Acesso: 26 out. 2016.

_____. **A cultura do trigo**. Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_04_25_11_40_00_a_cultura_do_trigo_versao_digital_final.pdf. Acesso: 27 abr. 2017.

_____. **Produtos e serviços**. Safras. Séries históricas. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos. Acesso: 28 out. 2016.

_____. **Levantamentos de Safra.** Disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=2>. Acesso: 12 mar. 2017.

_____. **Conjuntura semanal.** Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_09_13_15_20_18_trigo_-_semana_-_05_a_09.pdf. Acesso: 20 mar. 2017.

_____. **Conjuntura semanal.** Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_03_21_15_15_25_trigo_-_semana_-_13_a_17.pdf. Acesso: 25 mar. 2017.

_____. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos.** Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_01_12_09_00_46_boletim_graos_janeiro_2016.pdf. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. **Cartilha do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/f96401d39eddbc51b3c0d399086e0ea9.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. **Cartilha do Prêmio para o escoamento de Produto – PEP.** Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_10_15_19_59_be89e510efd3cef55fdd7687215b1dcc.pdf. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. **Cartilha do Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP.** Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_10_15_18_19_bd57516e9f09f3c4ac68896e2cf4742e.pdf. Acesso em: 27 mar. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE GRÃOS – IGC. Disponível em <http://www.igc.int/en/markets/marketinfo-sd.aspx>. Acesso: 20 mar. 2017.

COOPER, D. SCHINDLER, P. **Métodos de pesquisa em administração.** 7. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

COSTA, R. S. O MERCOSUL e a integração da América do Sul. In: CEPIK, M. (Org.). **América do Sul: economia e política da integração regional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CORTE, V. F. D. et al. O Agronegócio do Trigo e seus Derivados: O Efeito da Desregulamentação e Redução dos Subsídios no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação.** v.3. n.1, set/dez. 2015.

CUNHA, G. R.; TROMBINI, M. F. (Org.). **Trigo no Mercosul: coletânea de artigos.** Brasília: Embrapa, 1999.

CUNHA BAYMA. **Trigo.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1960, v.1, 361 p.

DEL BEL FILHO, E. BACHA, C. J. C. Avaliação das mudanças na política de garantia de preços mínimos: período de 1997 a 2004. **Revista de Economia e Agronegócio**, v.3, n.1, jan./mar. 2005, p. 51 a 76.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS – USDA. Relatórios do USDA e acompanhamento do mercado agrícola. Disponível em <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/usda/>. Acesso: 20 abr. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Disponível em <https://www.embrapa.br/trigo>. Acesso: 12 mar. 2017.

_____. Disponível em <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Soja/SojaCentralBrasil2003/rotacao.htm>. Acesso: 09 abr. 2017.

FUNDAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ – FAEP. Propostas para a triticultura nacional. Disponível em <http://www.sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Propostas-para-a-triticultura-nacional-2016-16-de-Setembro-2.doc>. Acesso em: 23. Abr. 2017.

FARIA, J. M. **Análise da correlação entre preços do trigo: Recebido do produtor e pago ao consumidor**. UFRGS, Minas Gerais, 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP; DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR – DEREK. **Panorama Brasil – Argentina**. Disponível em <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-brasil-argentina/>. Acesso: 23 abr. 2017.

FONTOURA, J. B. **A Harmonização do sistema de Educação no Âmbito do Mercosul**. Dissertação (Mestrado). Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GARCIA, J. D. **O Trigo Brasileiro e a falta de autossuficiência: Uma Identificação de Problemas**. Universidade Federal do Paraná, 2011.

GOBBO, E. **O Mercosul e a livre circulação de mercadorias**. Unijuí, 2003.

GONTIJO, D. H. Mercosul e a relação comercial Brasil-Argentina. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, mar. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/271905>. Acesso: 19 abr. 2017.

GUERRA, S. Mercosul: do ideal Bolivariano para a realidade atual. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revision**. Disponível em: <http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/14>. Acesso: 25 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/indicadoresagro_19962003/defaulttab.shtm. Acesso: 10 mar. 2017.

JACOBSEN, L. A. **Trigo. Série Realidade Rural**. Porto Alegre: Emater/RS – Ascar, 2003.

MACHADO, J. B. **Mercosul: Processo de Integração – Origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MAGGIAN, R. C. FELIPE, F. I. **Aspectos da competitividade da cadeia tritícola no Brasil e na Argentina**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 2009.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARIANO, K. L. P. OLIVEIRA, M. F. de. Democracia e atores políticos no Mercosul. In: Lima, M. C. e Medeiros, M. de A. (orgs.). **O Mercosul no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez/Clasco, p. 250-285, 2000.

MARQUES, J. **A importância do trigo para a agricultura brasileira - 2012**. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-importancia-do-trigo-para-a-economia-brasileira>. Acesso: 07 abr. 2017.

MENDES, A. G. **Liberação de mercado e integração econômica no MERCOSUL: estudo de caso sobre o CAI tritícola**. Projeto PNUD/BRASIL. Estudos de Política Agrícola, n.10, Brasília, Ipea, p. 172. 1994.

MENDES, R. G.. **Logística e Transporte: Uma análise comparativa sobre os Modais de Transporte**. IMESA: São Paulo, 2013.

MERCADO COMUM DO SUL. MERCOSUL. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso: 26 mar. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ARGENTINO. Disponível em <http://news.agrofy.com.ar/especiales/trigo15-16/siembra-trigo>. Acesso: 19 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso: 26 mar. 2017.

_____. **Vegetal. Trigo**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/trigo>. Acesso: 26 out. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Disponível em <http://www.mdic.gov.br>. Acesso: 27 mar. 2017.

_____. **Acordos Brasil-Argentina**. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1818-acordos-brasil-argentina-ace-14>. Acesso: 24 abr. 2017.

_____. **Brasil atinge resultado positivo recorde na balança comercial**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/01/brasil-atinge-resultado-positivo-recorde-na-balanca-comercial>. Acesso: 27 mar. 2017.

_____. **Estatística de comércio exterior – DEAEEX**. 2016. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>. Acesso: 25 out. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES BRASILEIRO. **República Argentina**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>. Acesso: 15 abr. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Argentina – Comércio Exterior**. Disponível em <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDArgentina.pdf>. Acesso: 20 abr. 2017.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v.1, n. 3, 2º sem./1996.

OLIVEIRA, O. M. de. A integração bilateral Brasil-Argentina: Tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília. v.41, n. 1, jan./jul. 1998.

ROSSI, R. M. NEVES, M. F. **Estratégias para o trigo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004

SALUM, M. I. F. S. **Infraestrutura Logística no Brasil: Uma busca por maior competitividade**. Laboratório de Desempenho Logístico. UFSC. 2010. Disponível em: http://www.ldl.ufsc.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=16. Acesso em: 27 abr. 2017.

SANTOS, L. G. A. **Brasil e Argentina sob o Mercosul: Uma análise do comércio bilateral**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ – SEAB. Disponível em <http://www.agricultura.pr.gov.br/>. Acesso: 20 mar. 2017.

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO – SEAE. **Panorama do trigo e derivados. 2010**. Disponível em http://www.seae.fazenda.gov.br/central-de-documentos/panoramas-setoriais/Trigo_Derivados.pdf. Acesso: 20 abr. 2017.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. Disponível em <http://www.investexportbrasil.gov.br/secretaria-de-com%C3%A9rcio-exterior?l=pt-br>. Acesso: 20 abr. 2017.

SILVA, V. M. A distribuição de benefícios pela regulação estatal: o caso do mercado brasileiro de trigo. **Estudos Econômicos**. São Paulo. v.21, n.1, jan/abr.1991.

SIMÕES, A. J. F. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2010.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TRIGO – SINDITRIGO. **Produção e consumo regional e nacional de trigo**. Disponível em <http://www.sindustriago.com.br/Estatisticas-Trigo/?t=Nacional>. Acesso: 18 mar. 2017.

SINGER, P. **Um histórico da globalização**. São Paulo: FEA-USP, 1998.

SOARES, R. P. **Avaliação Econômica da Política Tritícola de 1967 a 1977**. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1980.

SOUZA, M. A. D. **Infraestrutura e logística brasileira para armazenagem e escoamento de grãos**. Palestra: Anais 5a Conferência Brasileira de Pós-Colheita. Foz do Iguaçu-PR. 19 a 21 de outubro, 2010

SPEKTOR, M. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 45, v. 1, 2002, p. 117-145.

TORRES. A. **Prêmio Equalizador pago ao produtor – Pepro. 2007**. Disponível em <https://www.scotconsultoria.com.br/imprimir/agricultura/128>. Acesso em 17 abr. 2017.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.

VEZZANI, F. M. MIELNICZUK, J. Uma visão sobre a qualidade do solo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. Viçosa - MG, v. 33, p. 743-755, 2009.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil, o Mercosul e a Integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, DF, v.1, n. 1, Ago./Dez. 2007.

ZANDONADI, R. **Consumo interno de trigo**. Porto Alegre, 1979.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa**. Apostila do curso de administração. Cascavel: Unb, 2006.